

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de História

O CDS-PP no contexto da Nova Direita Europeia:
uma nova via para o poder

Catarina A. Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em *História das Relações Internacionais*

Orientador:

Prof. Doutor António Costa Pinto

Junho de 2007

Ao meu pai,

À minha mãe,

À Lua.

Victory over multitudes by means of formation is unknowable to the multitudes. Everyone knows the form by which I am victorious, but no one knows the form by which I ensure victory.

Sun Tzu, *The Art of War*.

Agradecimentos

Deixamos aqui uma nota de agradecimento sincero a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a execução deste trabalho, entre elas: o Professor Costa Pinto, pela eterna paciência e orientação que nos dedicou, a Professora Marina Costa Lobo pela ajuda preciosa e amabilidade com que nos presenteou, e os amigos: Gorete, pelas opiniões e confiança manifestadas; e Rui, pela ajuda informática que nos facultou e pela paciência que sempre manteve.

Sem eles de certeza que este teria sido um trabalho penoso.

Abreviaturas

AD – Aliança Democrática

AN – Alleanza Nazionale

CDS – Centro Democrático Social

CDS-PP – Centro Democrático Social-Partido Popular

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FPÖ – Freiheitliche Partei Österreichs

FN – Front National

LN – Lega Nord

MSI – Movimento Sociale Italiano

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NPD – Nationaldemokratische Partei Deutschlands

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAC – Plano Agrícola Comum

PS – Partido Socialista

PPD-PSD – Partido Popular Democrata-Partido Social Democrata

PSD – Partido Social Democrata

SNS – Serviço Nacional de Saúde

UEO – União da Europa Ocidental

Resumo

Na década de 80 do séc. XX, a Europa assiste ao nascimento de um novo tipo de partidos políticos da ala mais à direita do espectro político europeu.

Enquanto as elites políticas defendem o reforço da unidade e da democracia, assiste-se ao ressurgimento de velhos fantasmas da extrema-direita.

Contudo, estes “novos” partidos, renegam o legado dos fascismos e adoptam uma nova postura democrática, com uma nova agenda política, amplamente abrangentes em termos eleitorais, sem no entanto deixarem de se definir como verdadeiros partidos de direita. Nos anos 90 chegam mesmo ao poder em alguns dos mais importantes países europeus através de coligações governativas e noutros ensombram as cadeiras do poder às quais só não chegam graças a grandes mobilizações do eleitorado dos vários quadrantes políticos alarmado por velhos medos.

Em Portugal assiste-se a uma situação diferente. Nos anos 80 vive-se a consolidação de uma democracia demasiado jovem.

As circunstâncias históricas não deram espaço à criação de um partido declaradamente de extrema-direita, de alguma forma herdeiro do regime deposto. Porém, nos anos noventa, o CDS-PP, um partido errático e até certo ponto indefinido no seu desígnio, ressurgiu de um quase desaparecimento para um novo rumo. E é sob a direcção do líder Paulo Portas que a sua estratégia eleitoral se vai aproximar eficazmente aos novos partidos da extrema-direita pós-industrial europeia ao ponto de, pela primeira vez em muitos anos, formar governo, ainda que em coligação. Os seus programas eleitorais entre os anos de 1999 e 2005 demonstram bem a estratégia eleitoral que o partido segue, a sua nova linguagem política e, em última análise, a aproximação aos partidos congéneres europeus.

- Extrema-direita;
- CDS-PP;
- Paulo Portas;
- Programas de governo.

Abstract

In the 1980's, Europe witnessed the birth of a new type of extreme right-wing political parties within the European political spectrum.

Whilst the political elites defended the strengthening of unity and democracy, the reappearance of old extreme right-wing ghosts was observed.

However, these "new" parties refute the legacy of fascisms and adopt a new democratic stance with a new political agenda, widely inclusive in electoral terms, without nevertheless ceasing to declare themselves as true right-wing parties. In the 1990's these even reached power in some of the most important European countries, through governmental coalitions and, in others, they threatened the positions of power which they did not attain due to massive movements of electorate from the diverse political blocs, still frightened by former fears.

In Portugal, a different situation was witnessed. In the 1980's, the consolidation of too young a democracy was verified.

The historical circumstances did not allow for the necessary space for the creation of a clearly assumed extreme right-wing party, in a way heir to the previous regime. Nevertheless, in the 1990's, CDS-PP, an erratic and in some way undefined party in its structure, reappears moving towards a new direction. Moreover, it is under leadership of Paulo Portas that its electoral strategy will effectively move towards the new extreme right-wing parties of post-industrial Europe, to the point of, for the first time in many years, forming government, even though as a coalition. The leader's electoral programmes between 1999 and 2005 are good representations of the electoral strategy adopted by the party, its new political language and, in depth, the movement towards congenerous European parties.

- Extreme right-wing;
- CDS-PP;
- Paulo Portas;
- Governmental programmes.

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. A NOVA EXTREMA-DIREITA NO CONTEXTO EUROPEU	3
Termos & linguagem.....	3
Uma abordagem histórica. A viragem dos anos 80.....	5
Movimentos, grupos e partidos.....	8
O novo partido de extrema-direita pós-industrial.....	12
Um eleitor muito especial: o eleitor da extrema-direita	16
2. NO PANORAMA POLÍTICO NACIONAL: O CDS-PP À CONQUISTA DO PODER	21
Portugal entre a Esquerda e a Direita	21
O CDS no panorama histórico português	22
A opção política de Paulo Portas e o “medo” do PSD	24
O nascimento de um líder	25
As estratégias para a vitória	26
3. UM “NOVO” CDS-PP REVISTO NOS PROGRAMAS DE GOVERNO: DE 1999 A 2005	31
1999, 2002 e 2005: o Governo como destino	31
A via democrática e os governos da oposição	31
As “causas da esquerda” na agenda política.....	34
Alguns valores: família, mulheres e o direito à vida.....	36
O Estado Social.....	37
Uma educação para o ambiente: a agricultura, as pescas e a floresta	39
A economia, a globalização e a Europa: as belas e o monstro	40
Os Negócios Estrangeiros, a Europa e a Defesa Nacional: a posição de Portugal no Mundo.....	42
A (in)segurança e a (in)justiça	46
Outros valores, mais moral	49
CONCLUSÃO	52
ANEXOS: AS ESTATÍSTICAS	57
Tabela 1: Temas com uma importância capital a nível eleitoral e com maior margem percentual:.....	58
Figura 1:.....	58
Tabela 2: Temas com grande importância eleitoral e igual margem percentual:	59
Figura 2:.....	59
Tabela 3: Temas de média importância e igual margem percentual:	60
Figura 3:.....	60
Tabela 4: Temas de menor importância e igual margem percentual:	61
Figura 4:.....	62
BIBLIOGRAFIA	63

Introdução

A presente tese surgiu da necessidade de tentar perceber o fenómeno do CDS-PP no contexto da política nacional e a sua estratégia para alcançar lugares de chefia nos dois últimos governos legislativos.

Tendo consciência, desde o início, que o partido havia sofrido uma alteração significativa nos últimos anos da década de noventa, tornando-o, a nosso ver, muito semelhante aos partidos de extrema-direita da União Europeia, propusemo-nos então a tentar entender o que haveria de comum entre o CDS-PP e os partidos europeus da mesma família política, como a AN italiana, ou o FPÖ austríaco, mesmo sabendo da enorme diferença na sua evolução histórica que o torna único no panorama político europeu.

Em nosso entender, o CDS-PP tem vindo a dar provas de que, particularmente sob a liderança de Paulo Portas, deslizou no eixo da direita, conseguindo desta forma, e paradoxalmente, excelentes resultados eleitorais que o levaram, não só, a fazer parte de dois governos de coligação, como, a se afastar do eixo político do PSD.

Assim, tentamos neste estudo verificar a nossa hipótese, segundo a qual o CDS-PP tem-se mostrado um partido com características da extrema-direita pós-industrial.

Uma vez que, os maiores partidos da extrema-direita europeia já têm vindo a ser estudados ao longo dos anos por outros autores, propomo-nos então a cruzar essa informação com um trabalho original da nossa parte sobre o CDS-PP, baseado no estudo pormenorizado dos seus programas de governo entre os anos de 1999 e 2005.

Porém, temos consciência de que o nosso estudo se revelará infrutífero caso não consigamos entender a dinâmica do líder, Paulo Portas, no seio do partido, daí que tenhamos decidido dar também uma especial atenção às estratégias eleitorais do partido e do seu líder.

Assim, o corpo do trabalho será dividido em três grandes capítulos, subdivididos posteriormente em vários pontos, para melhor enquadramento do texto.

O primeiro capítulo, “a nova extrema-direita no contexto europeu”, tem como objectivo principal dar a conhecer, não só, a história, a dinâmica e o eleitor padrão da extrema-direita europeia, como também, o estado da arte nesta matéria.

Seguidamente, no segundo capítulo, “no panorama político nacional: o CDS-PP à conquista do poder”, tratam-se três assuntos distintos, que, no entanto, se complementam.

Primeiro, pretendemos dar a conhecer, ainda que resumidamente, a situação portuguesa no que à clivagem esquerda-direita diz respeito, o que nos parece imprescindível para perceber as opções do eleitorado português nos últimos 33 anos de democracia. Posteriormente, abordaremos o CDS-PP em todas as suas vertentes: histórica, estratégica e de liderança. E por último, retornaremos a um tema mais generalista – as estratégias de marketing político numa campanha e a sua relação com os *media* – o que, por motivos óbvios, tanto diz respeito ao CDS-PP como a qualquer outro partido político com sérias pretensões às cadeiras do poder.

O terceiro e último capítulo será finalmente consagrado ao nosso “verdadeiro” objecto de estudo, através da análise dos programas de governos referentes às campanhas eleitorais de 1999, 2002 e 2005.

Assim, é nossa intenção trabalhar acuradamente os programas de governo, ajudados pela obra dos autores Budge, Klingemann, Volkens, Bara & Tannenbaum (2001), onde se encontram estudados quantitativamente os programas de governos do CDS-PP, entre outros partidos europeus, referentes às eleições legislativas de 1991, 1995, 1999 e 2002. Com o auxílio deste estudo, esperamos, graças aos dados alusivos às eleições de 1999 e 2002, ter uma ideia geral dos temas surgidos nos documentos e da quantidade de vezes que são nomeados, de forma a possibilitar a criação de um quadro mental qualitativo.

É nossa convicção que esta ajuda se venha a revelar preciosa, não só no tempo poupado, com também numa outra visão do conteúdo dos documentos.

Na esperança de contribuir para a análise dos partidos políticos no panorama nacional contemporâneo, temos, porém, plena consciência do muito que há ainda para estudar sobre o CDS-PP, em particular, pelo que, pretendemos com este estudo, tão-somente, abrir novos caminhos para trabalhos mais apurados.

1. A Nova Extrema-Direita no contexto Europeu

Nos últimos anos, especialmente após os anos noventa do séc. XX, a Europa acordou para uma realidade há muito temida. A direita voltava a surgir no panorama político de algumas das mais influentes democracias europeias, evidenciando um novo vigor, uma nova mensagem e mostrando saber jogar com as regras democráticas, ao ponto de fazer parte de alguns governos legitimamente sancionados pela vontade popular.

O fantasma dos fascismos era agora recordado e assombrava as democracias mais consolidadas. Os medos diziam-se legítimos mas chocavam com a não menos legítima instituição partidária que estes partidos apresentavam. A dúvida ensombrava: afinal quem eram e como poderiam ser chamados estes novos partidos orgulhosamente à direita de todos os outros?

Termos & linguagem

A terminologia apresenta sempre dificuldades acrescidas a qualquer investigador que esteja a tentar desbravar “terreno novo”, dado que toda a prova vai depender em grande medida da forma como nomeia e trabalha os conceitos envolvidos no estudo.

Esta situação é especialmente verdade para os politicólogos – particularmente quando estão a trabalhar em “areias movediças”, como é o caso dos partidos políticos que concorrem regularmente nas eleições dos respectivos países da Europa Ocidental e que se encontram situados na margem mais à direita possível em relação a qualquer outro partido no espectro político.

Embora o termo “extrema-direita” tenha uma aceitação generalizada, não é totalmente consensual no que se refere à sua terminologia, em grande parte pelo facto de ser simultaneamente utilizado pela comunidade científica e pelos políticos.

Outros termos como: “radicalismo”, “populismo”, “nova direita”, “direita radical”, “direita extremista”, “populismos de extrema-direita”, “nacional populismo”, “neo-populismo”, são também utilizados, ainda que apresentem várias falhas.

O termo “extrema-direita” que, independentemente das disputas, é consensual, descreve principalmente uma ideologia, oferecendo uma série de vantagens. Coloca a noção de espaço no espectro político e na sua ideologia ao atribuir à família política um duplo cenário e dá uma maior prioridade à natureza do partido, atribuída pela sua identidade.

As características que definem a extrema-direita variam de uma a mais de dez, dependendo dos diversos autores. Existem essencialmente três abordagens que rotulam e identificam a família ideológica dos partidos de extrema-direita combinando nacionalismo, racismo (incluindo etnopluralismo), xenofobia, anti-democracia, e um Estado forte.

Estas cinco características são, de uma forma ou de outra, focadas em particular pela maioria dos autores quando falam em extrema-direita, não existindo, contudo, uma obrigatoriedade na presença de todas estas características. Na verdade, basta que o partido em questão apresente uma combinação de algumas (Mudde, 1995).

Porém, ainda que exista uma grande parte de autores marxistas a trabalhar com a teoria do fascismo e que tentam provar a continuidade e cooperação históricas, quer na direita tradicional, quer na extrema-direita, continuando a usar termos com ou sem o prefixo “neo” e considerando estes partidos da década de 80 como, nada mais do que, recentes exemplares do fenómeno de 1930. Na verdade, não só, a extrema-direita actual é herdeira do mundo pós-industrial não se identifica com as ideologias dos anos trinta, bem como, os termos “neonazismo” e “neo-fascismo” são hoje usados exclusivamente por partidos e grupos que explicitamente pretendem a restauração do III Reich ou do Nacional-Socialismo enquanto influência ideológica.

Também o populismo tem ultimamente atraído a atenção da literatura, mostrando-se um fenómeno multifacetado cuja última força legitimadora advém das pessoas, tendo-se tornado uma linha dominante nos partidos de extrema-direita – o argumento com mais sucesso. Defende uma noção restritiva de cidadania, advogando que a verdadeira democracia é baseada numa comunidade homogénea e adoptando tácticas e retóricas de carácter populista.

Neste contexto, são fortemente mobilizados os *ressentimentos* populares contra alvos específicos e contra a interpretação oficial da História, visando frequentemente as elites intelectuais e políticas, de forma a desestabilizar o poder e o seu garante, bem como a desvalorizar o seu quadro de valores. O seu sucesso é maior quando à sua frente têm um líder carismático que jogue com os ressentimentos em relação ao anti-estabelecimento e que exija um forte pedido de renovação e reforma democráticas (Merkel & Weinberg, 2003).

Como defende Ignazi (2003), este é um conceito geral, não contendo *à priori* uma reputação anti-democrática, mostrando-se, em última análise, como um atributo da democracia.

O populismo é antes de mais um estilo particular de fazer política e não uma característica ideológica, tendo sido sempre extremamente utilizado em debates nos cenários políticos e escolares (Mudde, 2000).

Todos estes termos, e a sua justificação, mostram-se fundamentais para definir da forma mais exequível possível o nosso campo de trabalho.

A linguagem é tanto mais importante quando é uma das formas da comunidade científica ter acesso a uma maior informação sobre a extrema-direita. Esta terá sido uma das principais razões para a ignorância da comunidade internacional no que ao *MSI* diz respeito, embora os próprios italianos apenas o tenham descoberto recentemente enquanto objecto científico.

Apesar de tudo, é essencial ter em conta que, a ideologia de extrema-direita não se caracteriza já por uma forma extremista de pensar a extrema-direita, mas por uma abordagem política recente cujos alicerces assentam nas mudanças políticas e económicas dos últimos vinte anos do séc. XX.

Uma abordagem histórica. A viragem dos anos 80

Há mais de uma década que se têm vindo a levantar vozes de alarme contra o ressurgimento da extrema-direita no seio das aparentemente estáveis democracias ocidentais e a comunidade científica aponta o dedo ao crescente número de apoiantes e eleitores de partidos da extrema-direita ou da direita radical.

Porém, este é um fenómeno recente. Antes da década de oitenta, estes partidos só de “tempos a tempos” usufruíam de alguns, poucos, rasgos de popularidade, sendo incapazes de manter esse apoio por longos períodos.

Por mais de três décadas, a extrema-direita do pós-guerra não conseguiu oferecer mais do que uma preservação da nostalgia pelo fascismo, submissão e reminiscências. Na verdade, o seu corpo ideológico baseava-se numa reinterpretação da história fascista.

O *MSI* foi, durante este ciclo de tempo, quem dominou esta família política ao nível europeu graças à sua força eleitoral e organizativa, exercendo até à década de oitenta uma

influência esmagadora sobre os restantes partidos políticos europeus de extrema-direita, cuja dimensão insignificante empurrava-os para a marginalidade.

A única excepção é encontrada no partido alemão NPD, na segunda metade da década de sessenta, ainda que por um breve período de tempo.

Até aos anos oitenta a extrema-direita apenas conseguiu obter representação parlamentar em quatro países europeus, e apenas o MSI se podia gabar de ter obtido representação parlamentar e local antes dos anos setenta.

O ponto de viagem dá-se na década de oitenta quando um novo quadro de ideias passa a fazer parte do discurso cultural e político da direita, tendo sido adoptado pelos neo-conservadores e pela Nouvelle Droite, influenciando toda a extrema-direita.

A Nouvelle Droite que, tanto impacto teve neste novo discurso, deve a sua origem a um movimento de intelectuais ligados ao jornal “Nouvelle Ecole” que obteve uma súbita e espantosa audiência durante a década de setenta, graças ao facto de se afastar do original meio fascista e defender uma nova forma de pensar a direita. Apesar da sua pequena dimensão e do seu limitado impacto directo no discurso político de vários países, foi, na realidade, adoptada e adaptada pelos partidos de extrema-direita que deram um particular ênfase ao argumento “pelo direito à diferença”, contra a massificação da sociedade actual, utilizando como pedra de toque uma propaganda de “novo racismo” de extrema-direita, bem como de políticas exclusivistas e de exaltação da ideia de comunidade homogénea.

Uma outra fonte intelectual da extrema-direita, ainda que inconsciente, encontra-se no neo-conservadorismo – sendo o seu ponto alto a mudança no seio do conservadorismo observada nos Estados Unidos da América e em Inglaterra na década de oitenta –, inserindo as noções de individualismo, ordem social, hierarquia e submissão perante a autoridade, trazendo uma série de novos temas para a ribalta, de forma a atrair um eleitorado mais conservador.

Como resultado desta mudança ideológica e estratégica impulsionada pela Nouvelle Droite e pelo neo-conservadorismo, logo no início da década de oitenta, a extrema-direita irrompeu em seis países – a França, que deu um real impulso a esta família política com as performances estáveis da FN, acima dos 10%; a Bélgica e os Países Baixos; a Suíça, cuja extrema-direita se dividiu em diversos partidos; a Áustria com o FPÖ de Haider; e a Alemanha com a sua “terceira vaga”, tornando-se numa constante fonte de problemas para o sistema político após as eleições europeias de 1989 – acabando por se espalhar por vários países europeus ainda durante os anos oitenta com um discurso onde descartavam posições

de: - derrube da democracia; - primazia do Estado; - corporativismo autoritário de arquitectura socioeconómica; - e o uso da violência como meio político.

Estes partidos negavam assim a linhagem do velho fascismo e dos regimes fascistas da década de 30, enquanto ainda em 1990 o líder do MSI, no congresso nacional, proclamava os “eternos e imutáveis valores do fascismo”.

A revitalização da extrema-direita implicou a sua mudança de natureza.

Depois deste período a nova extrema-direita tinha-se reestruturado, reafirmando a sua posição no cenário político europeu. O que se tornou evidente pelas declarações de Le Pen, após as eleições europeias de 1984, em que afirmava o fim de uma “década de escuridão e sarcasmo” para a FN (Ignazi, 2003).

Na década de noventa, e não obstante alguns retrocessos, a evolução do antigo bastião italiano da extrema-direita, com a transformação do MSI em AN, marcou a consolidação da família política.

Estes partidos, embora mantendo variações nacionais, partilham entre si um sentimento de hostilidade para com as instituições democráticas liberais, em parte por causa do seu deficit funcional e das suas características intrínsecas, defendendo, na verdade, os tradicionais temas de extrema-direita centrados no etnocentrismo, autoritarismo e tradicionalismo moral, desconfiando do sistema, dos políticos, dos partidos tradicionais e dos partidos políticos no geral.

Definidos por Ignazi (2003) como partidos de extrema-direita pós-industrial, são o subproduto da insatisfação criada pelas políticas governamentais respeitantes à imigração, ao crime, e a um nível mais profundo, nas suas preocupações plurais, da sociedade global, multicultural, e dos seus conflitos, adoptando um sistema de valores considerado da ala esquerda mas que, na verdade, os estava a favorecer num resultado político e ideológico divergente, ainda que numa forma sub-reptícia. Com a sua transformação, também o perfil sócio-demográfico dos seus apoiantes se modificou.

Nos anos mais recentes, podemos discernir um desenvolvimento dual: - por um lado, alguns partidos como a AN têm vindo a trilhar um longo caminho de “moderação”, com vista a um acordo com a direita conservadora de forma a fazer parte de um governo de coligação; por outro, a maioria dos partidos de extrema-direita adoptaram uma espiral de radicalismo, liderando uma série de confrontos contra o sistema.

Ainda que, no final do século XX os partidos de extrema-direita da maioria dos Estados membro tenham ganho raízes, desenvolvendo-se aos níveis político e eleitoral, os restantes partidos e movimentos neo-fascistas praticamente desapareceram da cena política.

A extrema-direita protagonizou um crescimento significativo devido à criação de um novo tipo de partidos e a tendência eleitoral desde os anos oitenta demonstra-o, ao atingirem o limiar do poder governamental.

O crescimento mais relevante ocorreu na Áustria com o FPÖ, seguindo-se a Itália, onde a AN foi o primeiro partido de extrema-direita a formar governo em coligação, tendo-se tornado um factor relevante na política da Europa Ocidental, não só ao nível do sistema partidário, como fora dele.

Embora ainda em expansão, a maioria destes partidos têm vindo recentemente a conhecer um crescimento mais lento. Para alguns autores esta ampliação partidária acontece através de um sistema de ondas, enquanto que, para outros verifica-se apenas em grandes zonas territoriais. (Mudde, 2000).

Apesar de prevalecer na opinião pública uma grande tentação em ver a vaga contemporânea da extrema-direita radical como pouco mais do que uma ligeira actualização do fascismo ou do neo-fascismo, os investigadores da área da ciência política foram rápidos e peremptórios ao afirmarem que estes novos partidos com sucesso eleitoral são substancialmente diferentes quando comparados aos seus predecessores fascistas, distanciando-se do seu passado e dos seus semelhantes, bem como da sua tendência para a violência. Estes partidos representam ainda um verdadeiro desafio às actuais democracias da Europa Ocidental.

Os remodelados ou novos partidos de extrema-direita com um carácter populista estão bem adaptados às condições sociais e económicas prevalecentes na Europa Ocidental, sobretudo quando à sua frente têm líderes carismáticos, representando um sério adversário ao poder político.

A terceira fase, ou terceira vaga, (1980-2000) da extrema-direita do pós-guerra, foi sem sombra de dúvida o período de maior sucesso para estes partidos – quer no aspecto eleitoral, quer ideológico. Em quase todos os países da Europa Ocidental, mesmo quando são considerados párias, a sua crescente importância ao nível político não é invalidada, o que justifica a crescente curiosidade por parte dos investigadores, levando ao seu estudo exaustivo.

Movimentos, grupos e partidos

Quando o objecto de estudo é a extrema-direita, torna-se essencial distinguir dentro desta família política os seus vários subgrupos, entre movimentos, grupos marginais ou neo-nazis, bem como entre os próprios partidos tradicionais e pós-industriais.

O movimento social de extrema-direita é um produto dinâmico de uma subcultura de extrema-direita, exibindo algum nível organizativo. Define-se por um modelo de mundo, até certo ponto, socialmente estável, com uma forma específica de ver e interpretar um determinado período histórico antecedente, derivando numa reacção profunda a momentos de crise históricos.

Não esperando obter o apoio das massas, a mobilização política destes movimentos e grupos políticos marginais é importante, já que tem a capacidade de afectar a opinião pública na mudança do seu centro gravitacional. Tal como os partidos de extrema-direita, legitimam e articulam a ideia de uma competição injusta, privilegiando e defendendo a supremacia dos nacionais sobre os imigrantes.

Contudo, a existência de vários movimentos sociais a partilhar a mesma subcultura não invalida a possibilidade do seu antagonismo e os seus membros, embora socializados por atitudes de subcultura, podem ser meros simpatizantes sem se tornarem activistas de extrema-direita. Mesmo em amplos círculos, os apoiantes e colaboradores ocasionais podem optar por não se envolver mais profundamente, partilhando apenas algumas das suas posições.

Já em relação aos grupos neo-nazis, é a natureza das suas actividades de carácter sistematicamente violento que os define, relegando-os para círculos marginais da sociedade.

Em conjunto os grupos neo-fascistas/neo-nazis e mini-partidos promovem várias formas de Social Nacionalismo e de ideologia histórica da resistência da raça branca. Constituindo um fenómeno transnacional moderno de submundo que, pela Internet, difundem as suas ideias como uma força unificadora e identificadora, são pela primeira vez, desde o final da II Guerra Mundial, uma força política significativa num crescente número de democracias ocidentais estabelecidas.

Embora a inteligência da extrema-direita da Europa Ocidental cultive uma hostilidade latente contra os imigrantes e em relação aos pedidos de asilo¹, num sistema bem legitimado a

¹ Sem estes dois predicados (hostilidade latente contra a imigração e pedidos de asilo), a extrema-direita europeia seria residual, restringindo-se apenas a um pequeno número de excêntricos e racistas, não constituindo nenhum tipo de ameaça à democracia.

violência política é proscrita, sendo considerada um instrumento ilegítimo de competição e obtenção do poder.

Ainda que, existam membros da subcultura ou de movimentos sociais que no calor da batalha política exerçam de violência contra os opositores, *«esta minoria violenta é frequentemente distinguida dos restantes por uma predisposição para a violência, ou por antecedentes criminais, por uma psicopatologia mais do que por simples crenças ou valores da extrema-direita»* (Merkel e Weinberg, 2003, p.6).

Estes grupos violentos, com motivação racial perpetrados por *skinheads* e outros delinquentes juvenis, conseguem uma grande difusão da sua ideologia através de meios de informação como a Internet e a crescente comunidade virtual da direita radical criou diversos sites de incitamento ao ódio e à violência.

Já no que aos partidos de extrema-direita diz respeito, como qualquer outro partido político, são uma força altamente especializada e organizada para participar em eleições representativas e aos diversos níveis administrativos e legislativos, dependendo das oportunidades oferecidas pelo sistema político vigente e de lugar no mercado eleitoral. Contudo, a não ser que exista uma abertura entre os partidos concorrentes, devido a um possível declínio dos partidos mais moderados, a extrema-direita tem alguma dificuldade em se afirmar no espectro político. Como com qualquer novo ou pequeno partido, estes necessitam de um cenário com um baixo patamar institucional e eleitoral, de forma a entrarem na cena política.

Quase todos os partidos de extrema-direita com sucesso beneficiaram de uma posição institucional e eleitoral favorável, mantendo uma atitude de maior responsabilidade do que no passado em relação à política contemporânea. São o produto de uma crescente tendência geral de crise de confiança na democracia e nas suas instituições representativas. As suas actividades especializadas definem-nos enquanto partidos, sendo prestada muita atenção na sua identificação e atitudes individuais.

Os ganhos eleitorais destes novos partidos demonstram apenas o aspecto mais visível no largo espectro de actividades e activismo de extrema-direita e, na sua totalidade, os partidos de extrema-direita pertencem a um só grupo com base em características ideológicas comuns, embora, ao mesmo tempo, coexistam dois subgrupos, partilhando características ainda mais específicas. O critério mais comum para a distinção destes subgrupos prende-se com a presença ou ausência de um “legado fascista”, que na sua essência faz emergir a posição do partido face à democracia – os tradicionais partidos de extrema-direita são os guardiões da nostalgia. A rejeição ou a aceitação do sistema democrático é vista como a principal distinção

entre as extremas-direitas tradicional e pós-industrial, ainda que alguns autores usem este critério para distinguir dois grupos políticos, abandonando a teoria dos subgrupos (Mudde, 2000).

Segundo Ignazi: *«o primeiro passo postula que os partidos de extrema-direita estão localizados na extremidade direita do continuum espacial»* (2003, p.31). Não existindo uma marca fixa nesse continuum, cada posição partidária é estabelecida quando confrontada com a de outros partidos, o que varia segundo cada sistema partidário.

Porém, nem todos os partidos localizados mais à direita pertencem à família da extrema-direita, sendo que, a localização espacial representa apenas o primeiro critério na classificação; o segundo obtém-se através da ideologia – através de referências a uma das tradições intelectuais de pensamento da extrema-direita, que pode intencionalmente não ser feita pelo próprio partido, de forma a minimizar qualquer tipo de estigmatização por parte da opinião pública. Se este não tiver ligado ao fascismo mas tem um perfil anti-sistema, poder-se-à considerar como pertencendo ao novo tipo pós-industrial (Ignazi, 2003, p.33).

Seguindo esta linha de pensamento a família da extrema-direita é constituída por dois partidos modelo: - o tradicional, associado à tradição fascista; - e o pós-industrial, que nega qualquer tipo de referência ao fascismo, apesar de exibir opiniões, valores e atitudes anti-liberais e antidemocráticas, todos bem nutridos pelas necessidades da sociedade pós-industrial.

O primeiro tipo está quase extinto, enquanto que o segundo agrupa a maioria dos partidos de extrema-direita da Europa Ocidental.

O recente sucesso da extrema-direita acompanha as profundas mudanças a ocorrerem nas democracias capitalistas avançadas, afectando virtualmente todos os aspectos do individual. Os valores sofreram uma rápida mudança e a extrema-direita também, aproveitando-se do facto de os próprios partidos neo-conservadores não conseguirem dar uma resposta satisfatória às novas necessidades da sociedade.

Apenas os partidos mais radicais poderiam dar voz a esta mudança, pressionando o sistema democrático e minando a sua legitimidade. Ao darem uma resposta rápida na sua versão “extrema-direita pós-industrial” conseguiram organizar todo um potencial eleitorado com um forte sentido de pertença e um conjunto de temas identificadores do partido e distintos de todos os outros partidos; liderados por uma figura carismática, apelativa, e incontestada que pode prever ou controlar factos internos e prender a atenção dos media, tendo simultaneamente a flexibilidade estratégica de forma a explorar quaisquer circunstâncias que possam aparecer no cenário político.

Todos os partidos de extrema-direita com sucesso partilham uma liderança forte e apelativa em simultâneo com uma adaptabilidade no que respeita às necessidades estratégicas que formam a verdadeira chave do sucesso.

Antes da década de 80, os partidos da Europa Ocidental usufruíam de tempos a tempos de rasgos de popularidade, não conseguindo manter esse apoio por longos períodos de tempo e não atraindo particular atenção sobre si, contudo, nos últimos anos estes novos partidos têm conseguido avanços significativos nas votações e o seu impacto não tem precedentes no período de pós-guerra.

A partir dos anos oitenta, e de forma acelerada na década de noventa, o apoio eleitoral dado a estes partidos tem aumentado, de forma a se poder discernir já uma tendência a longo termo, acrescendo ao facto de se verificarem por parte de uma larga faixa da opinião pública europeia atitudes racistas e xenófobas em números superiores aos atingidos pelas votações dos partidos de direita radical e mostrando que a base eleitoral desses partidos é potencialmente maior do que a sua actual votação sugere.

O seu sucesso crescente não tem só expressão ao nível eleitoral, num grande número de casos, os novos partidos e movimentos de direita têm conseguido ganhar posições e real poder a vários níveis.

De facto, desde a década de noventa que partidos de radical e extrema-direita têm vindo a fazer parte de governos europeus, participando em coligações, partilhando o poder e deixando a Europa altamente inquieta, chegando mesmo a aplicar sanções, ainda que breves, aos países que têm no seu governo movimentos ou partidos de extrema – direita².

Estes partidos não são mais que os catalizadores do voto de protesto de sectores sociais moderados, radicalizando a insatisfação pela corrente principal dos partidos conservadores, “enviando-lhes um sinal”³. Porém, tal como os níveis de emprego/desemprego oscilam no seio da União Europeia, também a presença dos partidos de extrema-direita flutua, tendo maior ou menos influência na sociedade. Contudo não se pode esquecer que actualmente

² Como foram os casos quer, de Itália, onde a AN de Gianfranco Fini e o movimento xenófobo LN de Umberto Bossi participaram no governo de Silvio Berlusconi de 1994, conquistando novamente o poder nas eleições parlamentares de 2001, quer da Áustria, onde o FPÖ de Jörg Haider também participou na coligação governamental do seu país.

³ É interessante notar que violência de carácter xenófobo e racista parece ser menos frequente em países cujos partidos de extrema-direita estão encaixados no sistema político. A Itália é disso um exemplo, já que é o país onde a extrema-direita tem obtido mais ganhos.

existe ainda um número considerável de partidos cuja pertença à extrema-direita ainda não foi debatida e cujo estudo merece o tempo e a atenção europeias.

O novo partido de extrema-direita pós-industrial

Os partidos de extrema-direita só viram o seu estatuto político ascender quando os partidos conservadores moderados se moveram para a direita na cena política, o que se torna pertinente quando associado ao facto da emergência de um outro tipo diferente de partido, no lado oposto do espectro político, os ecologistas de esquerda. Ambos, descendentes da “contra-revolução silenciosa” e da sociedade pós-industrial (Ignazi, 2003).

A distância entre partidos e famílias partidárias, com base no seu perfil ideológico, cresceu na generalidade nos anos oitenta, existindo uma tendência média para a direita no sistema partidário da Europa Ocidental entre 1982 e 1993.

Para o aparecimento e consolidação da extrema-direita pós-industrial foi essencial o papel desempenhado pela estrutura institucional, e pelo tipo e sequência das eleições contestadas. Num sistema multipartidário, um baixo limiar eleitoral beneficia positivamente a performance de um partido da extrema-direita.

Os indicadores de desalinhamento eleitoral e partidário, grandes princípios de disponibilidade de eleitores, abrem-se a novas ofertas políticas.

Os novos partidos da extrema-direita como a NA, o FPÖ, ou a FN, marcam a diferença. O impacto pós-industrial e o declínio da luta de classes em favor de uma nova grelha de valores de conflito produziu, não só, uma nova direita pós-materialista, bem como, uma nova direita neoconservadora profundamente alienadas da política democrática e dos partidos governantes da Europa Ocidental. Originando uma “contra-revolução silenciosa” e batalhando em questões de crime, lei, ordem, liderança, da corrupção e ineficácia dos governos democráticos, e da inundação de imigrantes – que aparentam ameaçar o ideal de extrema-direita de uma comunidade nacional etnicamente homogénea: radicalizando, proletarizando e polarizando tais preocupações que são inflamadas por líderes carismáticos, seguidos por homens jovens e classe trabalhadora.

Ignazi (2003) defende que:

A ideologia fascista tem vindo a desempenhar um papel menor desde os anos 80 definindo as atitudes e moldando a visão do mundo da extrema-direita. Diferente, um

conjunto de valores carregado com uma menor ideologia emergiu oferecendo um novo quadro na área da extrema-direita (p.19).

Na verdade, a grande maioria de partidos de extrema-direita, novos ou refundados, recusam qualquer ligação ao passado fascista. Rejeitam a violência, advogam a liberdade e defendem as instituições representativas democráticas, sendo facilmente prestadas homenagens aos princípios democráticos nos seus documentos oficiais – não obstante minarem a legitimação do sistema.

Estes partidos propõem-se como alternativa às forças tradicionais, preenchendo o vazio gerado pela erosão e colapso das estruturas estabelecidas, imputando a origem destes desenvolvimentos à globalização e ao desenvolvimento pós-moderno da sociedade, fazendo ressurgir o espectro do populismo e do isolacionismo xenófobo assente na ideia dos perdedores do fenómeno globalizante.

Contudo, a presença de traços específicos de xenofobia, racismo e nacionalismo, a acrescentar a um “síndrome” geral anti-sistema na maioria dos partidos contemporâneos de extrema-direita, com métodos semelhantes de minagem da sua legitimação, não são suficientes para reconhecer a ideologia complexa destes partidos.

Nos países onde os partidos de extrema-direita pós-industrial têm mais poder, as greves e outras formas de luta laborais são um fenómeno vulgar, enquanto os governos sofrem uma rotatividade fora do comum, e onde as elites governantes (com muito interesse próprio) têm uma dificuldade considerável em se entenderem, criticando-se mutuamente e com frequência em fóruns públicos. A crise de valores é uma importante base de apoio para estes partidos que focam a importância do colectivo, empenhando esforços na restauração do primado político, especialmente no plano nacional.

A emergência deste novo grupo de partidos está relacionada com o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, o declínio do sector económico industrial e o relativo enfraquecimento do conflito de classes, deixando cada vez mais espaço aos conflitos de valores e defendendo uma sociedade monista, bem consolidada e providenciadora de uma identidade idealizada. Tendo-se desenvolvido tardiamente, trazem com eles respostas e necessidades geradas pelo pós-industrialismo não satisfeitas pelos partidos tradicionais.

Na verdade, como mostra Ignazi (2003), as repetidas homenagens às regras democráticas levadas a cabo por estes partidos devem ser cuidadosamente descortinadas, já que esta pode ser uma atitude de protecção face ao perigo de marginalização, ou mesmo, do banimento. Permitindo-lhes subverter e explorar as regras a seu favor, principalmente no

cenário institucional, sendo encarados como partidos que, embora da extrema-direita, mantêm uma abordagem política mais “moderada”.

Como Minkenberg (citado em Merkel & Weinberg ed., 2003) salienta:

O que distingue a direita radical contemporânea dos outros movimentos é menos a sua posição na democracia e no respeito pela lei, mas mais a adopção de uma posição radical explicitamente indígena reflectida abertamente numa noção “etnopluralista” de protecção cultural, baseada na noção de que culturas e etnias são incompatíveis entre si e que por isso se deve opor resistência à mistura cultural (p.77).

O desenvolvimento pós-industrial forçou a uma mudança nas prioridades de valores, no sistema de crenças e nas ligações soltas entre interesses organizados e sistema partidário, produzindo a radicalização do discurso político e a polarização do sistema de partidos em simultâneo com um desalinhamento partidário e eleitoral, alargando o espectro político e criando um espaço para novos partidos de extrema-direita, o que contribuiu para um novo e independente organismo eleitoral aberto a novas ofertas partidárias e eleitorais.

Os novos partidos de extrema-direita estavam aptos a emergir nos locais onde se verificou um aumento da radicalização⁴ e da polarização políticas, devido a um movimento para a direita na corrente principal da vontade social.

O seu crescimento está directamente ligado à sua capacidade de mobilizar recursos (cidadãos descontentes com o sistema, alienados da política, atentos a assuntos não politizados como a imigração, reforço da lei e ordem, moralidade e identidade nacional), graças a líderes carismáticos e populistas, capazes de explorar uma boa oportunidade ao nível político, através do sistema de polarização/radicalismo, e ao nível cultural. Este processo implica ainda o apoio ao crescimento de um movimento neoconservador numa elite intelectual com impacto nas crenças populares, podendo ser explicado de diversas formas, – o sistema eleitoral e a ordem das eleições têm um papel crucial no aparecimento e consolidação destes partidos.

A transformação das relações entre votantes e partidos facilitou o seu aparecimento, indicando uma grande volatilidade e um decréscimo na identificação e recrutamento partidários. Os votantes sentem-se mais atraídos para avaliar novas ofertas partidárias, já que,

⁴ A radicalização não é apenas uma consequência da difusão dos temas actuais dos partidos neo-conservadores, mas também é fruto da erupção e politização de novos assuntos – como a imigração, a identidade nacional, a segurança - que inicialmente foram trazidos para o palco político pelos partidos conservadores tradicionais.

nas suas declarações programáticas oficiais não estipulam uma qualquer proposta anti-democrática.

Este facto é duplamente importante dado que, actualmente, o ideal de democracia, enquanto sistema, é unanimemente aceite por toda a Europa Ocidental. Porém a satisfação e confiança nas instituições, nos líderes dos partidos de massas, e nas práticas democráticas tem vindo a decrescer drasticamente no seio da opinião pública, mantendo sempre uma grande flutuação ao longo dos tempos e dos países.

A imagem geral positiva do sistema democrático diminui quando se fala de votantes no espectro político mais à direita, sendo possível estabelecer uma relação de causa efeito aquando da comparação entre o declínio de confiança dos cidadãos no sistema e o crescimento dos partidos de extrema-direita pós-industrial.

A tese da crise de legitimação⁵ das sociedades ocidentais é para Ignazi (2003) um dos factores de suporte da extrema-direita. A ligação racional entre o declínio de confiança no sistema e a performance da extrema-direita é clara. Os partidos de extrema-direita não se limitam à sua agenda exclusivista, nacionalista e xenófoba, de forma a terem expressão eleitoral; também enfatizam activamente a sua oposição à legitimação base do sistema democrático liberal, sendo impulsionados em grande medida por líderes carismáticos, capazes de reconhecer e explorar as oportunidades com que se deparam.

Contudo, há que notar que, estes partidos são suportados por um pequeno nicho eleitoral, mesmo nos países onde são politicamente mais relevantes, logo a sua vocação para o poder é expressa através da defesa de coligações com outros partidos de direita. (Norris 2005)

A Itália tornou-se o exemplo perfeito para ilustrar a ascensão da extrema-direita pós-industrial na cena política, ao nível governativo. Neste país o descontentamento em relação ao sistema foi mais premente durante os primeiros e os últimos anos da década de noventa, bem como no início de 2000, e a desconfiança nos partidos, nos políticos e na política em geral, é um elemento de suporte da cultura política nacional, perpassando o seu discurso político.

A nosso ver também em Portugal existem condições políticas que legitimam um partido deste género, e o CDS-PP, por razões que defenderemos mais adiante, demonstra ser um partido de extrema-direita pós-industrial com um eleitorado capaz que já o levou ao governo, à semelhança dos seus congéneres europeus.

⁵ Esta tese circula nos meios académicos desde os anos setenta.

Um eleitor muito especial: o eleitor da extrema-direita

Na generalidade, o potencial eleitor da extrema-direita é caracterizado como sendo insatisfeito, desconfiado, extra-punitivo e com pouco controlo sobre a própria vida. Relativamente religioso, acredita nas virtudes do trabalho duro e da disciplina, incomoda-o partilhar trabalho ou outra coisa qualquer com imigrantes, idosos e incapacitados, mostrando-se adverso à vizinhança de pessoas de outra “raça”, religião ou estrangeiros, com tendência a culpar os outros sobre a sua situação de vida (Ignazi, 2003)

Amedronta-o o desenvolvimento pós-industrial das sociedades ocidentais e das suas tendências supra-nacionais, aos níveis político e económico, o que o leva a abraçar uma visão do mundo que lhe parece mais segura, com características anti-liberais, anti-pluralistas e anti-igualitárias; ou seja, a que lhe é oferecida pela extrema-direita.

Para o cenário português, durante as eleições de 2002:

À direita, em termos relativos, o CDS-PP consegue obter mais votos entre os eleitores que não exercem activamente uma profissão. Dentro desta categoria, o grupo mais numeroso é o dos reformados (49%), seguindo-se as domésticas (27%) e os desempregados (10%) (Freire, 2002).

De uma forma abstracta o processo de pós-modernização fez emergir um novo contexto cultural e socioestrutural caracterizado por fronteiras incertas e fluidas, dando uma sensação de perda de uma identidade cultural segura, imutável e previsível. Assim, os complexos desafios da globalização e as dinâmicas socioeconómicas da revolução da informação empurram muitas famílias da classe trabalhadora para posições radicais de extrema-direita, predominando os sentimentos de impotência no que respeita a controlar o próprio destino e a incapacidade de confiar nos governos para proteger os seus direitos em relação às “hordas” estrangeiras.

Estes sentimentos são transferidos politicamente para assuntos de fortalecimento da lei e ordem, identidade nacional e orgulho, de moral tradicional e de fortalecimento do Estado, reflectindo uma necessidade de relançar a ideia de pertença simbólica.

Longe da ideia do apoiante marginal à sociedade, a presença massiva da classe trabalhadora no eleitorado tornou-se no mais notável aspecto comparado com a década de oitenta⁶. Ficando o quadro completo por uma sobre-representação jovem, masculina e branca.

Estes apoiantes são maioritariamente compostos pelo estrato mais fraco da considerada “sociedade de risco”, causada pelo enfraquecimento de status de um estrato populacional afectado pelo processo pós-industrial, maioritariamente constituído por jovens do sexo masculino, brancos, desempregados, auto-empregados ou trabalhadores manuais – imbuídos de sentimentos de deslocamento, alienação e de ressentimentos. Os seus sentimentos de marginalidade sem qualquer poder, inclusive na sua própria vida, encontra eco nos apelos populistas anti-sistema dos partidos de extrema-direita, cujo apelo tão atractivo permite uma maior expressão de “estranhos ao sistema”, oferecendo a ideia de um mundo à parte do meio político principal.

Para além do sentimento de orfandade de identidade cultural e política, estes eleitores também se sentem intimidados pelas questões de género, já que o colapso dos tradicionais papéis associados ao género masculino e a transformação do papel das mulheres na sociedade, dão origem à denominada “crise masculina”. O que explica o maior apoio da extrema-direita entre os homens comparativamente às mulheres (Ignazi, 2003).

Os países em que a extrema-direita floresce têm grandes desníveis de auto-controlo, satisfação em relação à vida e desacordo no que diz respeito a valores básicos. As variações no apoio popular aos partidos de extrema-direita são maiores tanto quanto forem maiores os níveis de divergência em relação aos valores sociais, nomeadamente: - no que toca a conviver com pessoas de “raça” ou religião diferente; - em questões fundamentais para a satisfação da sua vida pessoal; - e no que concerne à sua habilidade para controlar a própria vida.

Porém, actualmente, com um maior nível educacional e uma maior exposição aos *media*, os eleitores europeus estão substancialmente mais sofisticados, mostrando uma grande volatilidade e declínio das lealdades partidárias. Votando preferencialmente em atitudes de curto e médio alcance e em valores a médio e longo termo, a sua preferência de voto está fortemente presa a uma avaliação subjectiva do seu mundo, o que justifica a grande variação comparativa nos votantes de extrema-direita – já que se referem positivamente a um conjunto

⁶ Como referem Merkel & Weinberg (2003), em muitos casos, as quotas de apoiantes entre os “colarinhos azuis” e pessoas de baixos rendimentos são maiores do que nos partidos socialistas.

particular de valores sociais, condições nacionais específicas, e a poucas medidas ao nível da performance da política nacional.

Os votos nos partidos de extrema-direita têm exibido um grande aumento em países ou regiões da Europa Ocidental política e economicamente conservadores, com uma substancial influência no cenário internacional, com um número de desempregados relativamente baixo e onde o sistema de segurança social é dos mais generosos a nível mundial. Este sistema tem atraído um substancial número de votantes entre os “colarinhos azuis” – em que apenas uma minoria pertence a um nível de baixa escolarização, vítima das mudanças globais, e onde os seus cidadãos altamente individualizados expressam um baixo nível de confiança nos outros e uma grande insatisfação em relação ao caminho da sua própria vida.

A busca pela segurança física em relação ao crime e à violência, por uma comunidade homogénea e harmoniosa ao nível étnico, e pela força, reafirmando lideranças e instituições, ainda que à custa de liberdades individuais, reflecte a necessidade de protecção, de pertença a um agregado e de identidade, forçando a uma demanda pela recuperação da “solidariedade orgânica”, pelos papéis das identidades colectivas ao mesmo tempo que enfatizam a auto-afirmação individual. Reflexo do colapso dos laços sociais devido ao desalinhamento religioso e de classe a crescer ao declínio das identidades nacionais em relação às instituições supranacionais e à globalização.

A análise do desenvolvimento da extrema-direita na Europa passa também pela comparação do seu apoio com base nas maiores pesquisas transnacionais de opinião pública.

Como demonstra Westin (2003), entre os anos de 1997 e 2000 – datas em que se efectuaram as sondagens do Eurobarómetro sobre racismo e xenofobia – as atitudes dos Estados membros em relação aos imigrantes e minorias modificaram-se de forma inesperada e em parte contraditória.

Em traços gerais verifica-se que um largo número de europeus aprova políticas que promovam a relação entre maiorias e minorias – simultaneamente a maioria dos inquiridos expressa a sua preocupação em relação à ameaça que as minorias possam representar para a paz e segurança social dos Estados. A maioria dos europeus é optimista no que toca ao multiculturalismo, rejeitando os programas de repatriação. Contudo um número significativo de inquiridos admite que as minorias os perturba pessoalmente.

Embora estes dados pareçam contraditórios, numa análise mais profunda é obvio o não comprometimento ao afirmar que se aceitam políticas de melhoramento de relações entre maiorias e minorias, sendo necessária uma maior audácia para declarar que se é perturbado pela presença de minorias. O que prova a divisão, com uma crescente tendência polarizante,

da opinião pública europeia. Torna-se lógico pensar que as pessoas que partilham crenças xenófobas se sintam mais atraídas a apoiar e votar em partidos que reflectem esse sistema de valores.

O estatuto de emprego é uma variável com grande importância em todas as explicações de racismo e xenofobia, as pessoas com um baixo estatuto social e aqueles que só conseguem trabalhar em empregos de pouca ou nenhuma qualificação competem com a maioria dos imigrantes pelos mesmos trabalhos num mercado de trabalho que se tem vindo a tornar mais raro. Estes nacionais têm tendência a considerar os imigrantes como uma ameaça, inclinándose a adoptar pontos de vista negativos no que toca à imigração (Merkel & Weinberg, 2003).

As novas ondas de imigração parecem desencadear novas ondas de racismo, ainda que as crenças democráticas não sejam necessariamente incompatíveis com expressões de preconceito. Este facto é explorado pelos partidos e movimentos de extrema-direita⁷ – ao legitimarem e articularem a ideia de uma competição injusta, privilegiando e defendendo a supremacia dos nacionais sobre os imigrantes⁸.

Todavia, tal como os níveis de emprego e desemprego oscilam no seio da União Europeia, também a presença de partidos de extrema-direita flutua, tendo maior ou menor influência na sociedade (Merkel & Weinberg, 2003).

Em Portugal também existem grupos de opinião que discordam simultaneamente das teorias de assimilação e integração e embora não se encontre um grande número de auto-proclamados racistas, na verdade não prova que haja, no geral, um baixo nível de preconceito.

⁷ Porém, é de notar que as atitudes de xenofobia e violência racista são inversamente proporcionais à dimensão da presença do partido de extrema-direita num país. A subcultura de extrema-direita pode não mudar mas, raramente, se expressa, simultaneamente, em violência e em níveis de organização política.

⁸ O racismo hoje manifesta-se como uma nova construção do anti-semitismo e manifestando-se agora na perseguição a emigrantes e minorias, exigindo o repatriamento de imigrantes e podendo mesmo perpetrar actos de violência.

2. No panorama político nacional: o CDS-PP à conquista do poder

Portugal, democracia jovem, considerada de brandos costumes, onde ainda hoje em diversas manifestações de apoio à democracia se grita “fascismo nunca mais!”, nunca deixou que se legalizassem partidos declaradamente de direita revivalista.

Na verdade, os partidos à direita do espectro político ainda se debatem actualmente com a terminologia, quase como envergonhados das suas reais famílias políticas. Nenhum se declara de direita convicta, preferem denominações que os coloquem num universo mais liberal, conservador, democrata social ou, no melhor dos casos, como centro-direita do sistema político português. De facto o carácter bipartidário e semipresidencialista da democracia portuguesa também contribuiu para esta situação.

Contudo, nos últimos anos, o CDS-PP sob a forte liderança de Paulo Portas tem vindo gradualmente a colocar o partido sob o eixo mais à direita do sistema político português. Com um cunho eleitoralista e pendor populista, segue uma estratégia semelhante aos mais eficazes partidos da extrema-direita pós-industrial europeia.

Portugal entre a Esquerda e a Direita

Portugal devido à sua conjuntura histórica de país condicionado por uma ditadura resistente ao tempo e à semelhança das restantes novas democracias do Sul da Europa, demonstrava, durante as décadas de 1970 e 1980, uma identificação com a divisão política esquerda-direita significativamente mais baixa em comparação com as democracias do Norte da Europa. Embora esta característica se tenha vindo a reduzir drasticamente – graças ao processo de formação e consolidação das novas democracias, que se consideram já niveladas com as “antigas poliarquias” – a verdade é que ainda se encontra abaixo da média europeia (Freire, 2006).

A população portuguesa demonstra a este respeito um menor reconhecimento da “clivagem” esquerda-direita e um menor grau da sua consolidação, traduzindo-se este facto numa menor estruturação ideológica causada, mais pela clareza das opções políticas oferecidas aos eleitores, do que pela longevidade da democracia. Isto é, a maior, ou menor,

identificação e conseqüente opção ideológica na grande maioria do eleitorado português remete directamente para as diferenças políticas entre os dois maiores partidos, PS e PSD, que habitualmente alternam no governo.

Também as conjunturas políticas e económicas imprimem nas massas uma maior mobilidade eleitoral entre os partidos governamentais, justificando a sua característica de partidos catch-all, mas retirando muito da diferença ideológica de que se arrogam. Não é alheio ao panorama político português o fenómeno de “flutuação” de eleitorado entre os dois maiores partidos, devido não só a razões conjunturais, mas também graças ao carisma, ou falta dele, por parte de um dos líderes. Excepção feita para o eleitorado mais escolarizado, naturalmente mais politizado, e para o militante, que tendencialmente adopta uma postura de maior consciência na diferenciação feita entre a ideologia de esquerda e a de direita.

Contudo, ainda que a vivência democrática seja relativamente secundarizada na explicação do refinamento ideológico das massas, o facto é que não se pode subestimar todo o processo de transição política dos anos setenta e as suas conseqüências para a definição dos partidos políticos portugueses.

O CDS no panorama histórico português

Após a revolução de Abril efectuada pelas mãos dos militares, e também devido essencialmente a este facto, assistiu-se a uma «esquerdização» dos maiores partidos políticos. O PS e o PSD optaram por se definirem estrategicamente como partidos de esquerda – movendo-se posteriormente para o centro, malgrado as confusões geradas – e o próprio CDS, dado o contexto histórico e político da época, define-se como partido de centro, temendo pela sua sobrevivência caso se posicionasse à direita do espectro político nacional. Esta opção acabou por se revelar estrategicamente eficaz aquando da breve coligação com o governo PS entre os anos de 1977 e 1978.

Ainda que o posicionamento político do CDS tivesse sido resultado de uma “manobra” de sobrevivência, já em 1981 era consensual que este partido era, dos quatro principais, aquele que se situava mais à direita, de cunho vincadamente conservador e católico (Robison, 1996)

O partido desde a sua fundação participou em diversos governos de coligação, ora com o PS no final da década de 70, ora com o PPD-PSD no início dos anos 80 (na AD) e posteriormente já nos primeiros anos do novo milénio.

Sob o cunho de um dos seus fundadores, Freitas do Amaral, o partido «*tornou-se imediatamente um dos principais candidatos a representar o movimento democrata-cristão internacional em Portugal*». (Robison, 1996, p.958). Porém, ainda em 1974 – ano da sua fundação – o CDS define-se como um partido centrista com um programa de uma nítida “inspiração cristã”.

Posicionando-se na década de 80 como o quarto partido eleitoral mais votado, garantiu sempre assento na Assembleia da República, ainda que, tenha passado por períodos muito conturbados, com várias disputas de liderança que o levaram a várias situações de quase desmembramento. Nas eleições legislativas de 1987, o CDS obtém o seu pior resultado de sempre, ao eleger apenas quatro deputados para a Assembleia de Republica, sendo na altura satirizado como o “partido do táxi”. Este resultado deveu-se em parte ao carisma de Cavaco Silva, líder do PSD, que reuniu à sua volta um alargado consenso eleitoral, mas também às diversas facções rivais dentro do próprio partido.

A situação agudizou-se ao ponto de em 1991, Freitas do Amaral pedir a demissão de um CDS totalmente rechaçado.

Foi ainda em 1991 que se deu finalmente um ponto de viragem para o partido, com a ascensão do jovem líder da JC, Manuel Monteiro, apoiado por um outro jovem, fundador e jornalista do semanário *O Independente*, Paulo Portas.

Então, o CDS, sob a liderança de Monteiro, defende a «*ruptura democrática com o passado [...] e um novo começo como partido moderno, populista, de direita, adepto do capitalismo liberal e oposto ao federalismo do Tratado da União Europeia*». (Robison, 1996, p.969). Com esta nova identidade o partido que se passou a designar em 1993 por CDS-PP viu-se, ainda em 1992, obrigado a abandonar as fileiras do Partido Popular Europeu, que se identificava como federalista.

Mas, apesar de toda esta nova mentalidade partidária e da crescente popularidade do jovem líder, os resultados eleitorais, continuaram muito aquém das expectativas, ainda que, nas eleições de 1995, o partido conseguisse atingir o lugar de terceiro mais votado. Em 1997, Monteiro demitiu-se após os desastrosos resultados das eleições autárquicas. No XVI Congresso, realizado em Braga a 21 de Março de 1998, Paulo Portas, um dos seus mais fieis apoiantes, assumiu a liderança do partido propondo uma linha de reconciliação no seio do CDS-PP, tentando aliar a nova postura partidária com a sua matriz democrata-cristã. A estratégia passou então por uma postura mais branda e conciliadora, cativante de grandes franjas do eleitorado de direita, voltando *inclusive* ao seio da sua família política europeia.

Em 2002, Paulo Portas fez chegar o CDS-PP ao governo por intermédio de uma coligação com o PSD que haveria de durar até 2005, conseguindo posições ministeriais chave para o seu partido nos dois governos constitucionais de que fez parte.

A opção política de Paulo Portas e o “medo” do PSD

Todo o sucesso granjeado pelo CDS-PP sob a liderança de Portas ficou-se a dever a uma estratégia iniciada ainda na época de Monteiro.

O partido tomou consciência de que para crescer tinha de se mostrar diferente, com uma postura mais agressiva e ao mesmo tempo mais popular, sob pena de ver o seu eleitorado enfileirar-se no seio do PSD. Este foi de resto sempre a grande “espada de Democles” a baloiçar sob a sua “testa”.

Contudo, Portas, apercebeu-se, a nosso ver, com a liderança de Monteiro, que a diferença não se podia mostrar demasiado agressiva e exclusivista, ou correria o risco de permanecer residual, perdendo a chance de cativar o eleitorado que se situa à direita do PSD, que defende a autoridade, mas que facilmente se pode assustar com um excesso de autoritarismo.

O caminho não passava agora por um “orgulhosamente sós”, mas por uma maior demonstração de confiança no projecto europeu, ainda que no lugar de eterno vigilante apontando o “dedo acusatório” à ameaça do federalismo e da injustiça, especialmente para com o povo português.

Tornava-se necessário cativar a enorme franja de descontentes, dos que não encontram o seu lugar no sistema, mas era também imperioso mostrar uma postura de “responsabilidade governativa”. Havia que fazer alianças, “pisca o olho” ao PSD a fim de “apanhar a boleia” para S. Bento.

Portas tem consciência que em 2002 já não há lugar para maiorias absolutas, é essa a porta de entrada do CDS-PP no governo, havia que aproveitá-la, continuar o caminho que já vinha a ser percorrido desde 1999.

Contudo, o perigo que o CDS-PP sempre correu face ao PSD tinha de ser agora esconjurado, havia a necessidade de uma linguagem diferente, o tempo era de feiras, mercados, pesca e agricultura. O cidadão comum, a franja do eleitorado que raramente tem a palavra, tinha já desde 1999 o seu momento, as suas preocupações eram agora as preocupações de um líder popular, que não se limitou ao tempo estipulado para as campanhas

eleitorais para lhe dar direito de antena, aproveitando para se legitimar enquanto líder e para dar visibilidade ao seu partido.

Paulo Portas construiu um CDS-PP novo, revigorado, pronto para governar, mesmo sabendo que não o conseguia fazer sozinho. O seu objectivo passou por fortalecer eleitoralmente um partido diferente, que não se confundisse com o PSD, mas que sem constrangimentos se aliasse a ele. A ordem era para chegar ao poder, de uma forma nova, revigorante, diferente, sem nunca deixar de ser a força mais à direita da direita portuguesa.

Outros países estavam já a viver o mesmo fenómeno, havia a necessidade de aprender com os erros e com as conquistas dos exemplos europeus. Os novos partidos da nova extrema-direita pós industrial já tinham trilhado o caminho e mantinham-se no poder com sucesso, ainda que sempre por intermédio de coligações, com novas agendas, novo eleitorado e com uma minoria que fazia a diferença e viabilizava governos e políticas. Era este o objectivo do CDS-PP.

Partidos como a AN em Itália, “discretos” na forma, mas eficazes no conteúdo e na acção foram, a nosso ver, os grandes professores do CDS-PP e do seu líder Paulo Portas.

O nascimento de um líder

O CDS-PP, como qualquer outro partido político, tem vindo a deparar-se, desde a década de noventa, com uma crescente volatilização eleitoral, fruto da decrescente identificação partidária e dos baixos números de filiação política. Portugal não escapa a este quadro que espelha as actuais tendências eleitorais um pouco por toda a Europa Ocidental (Freire, 2002). Os partidos políticos europeus têm vindo, por isso, a promover adaptações que lhes garantam resultados eleitorais satisfatórios verificando-se, assim, a adopção de características partidárias eleitoralistas assentes numa personalização da política e acompanhadas por uma campanha eleitoral pensada ao pormenor, onde os membros partidários e a ideologia são relativamente secundarizados (Freire, 2007).

O CDS-PP, até pela sua potencial partilha de eleitorado com o PSD, soube-se adaptar perfeitamente na pessoa do seu líder, a todo este cenário, que se revelou benéfico em termos de resultados eleitorais.

Na verdade, Paulo Portas revelou-se estatisticamente, durante as eleições de 2002, mais popular do que seu próprio partido, granjeando um significativo índice de simpatia junto do eleitorado (Freire, 2002).

A estratégia eleitoral do CDS-PP entre as eleições de 1999 e 2005 não diferiu em nada das dos seus congéneres europeus, ao invés, foram aprendidas com sucesso todas as lições dadas pelos maiores partidos eleitoralistas europeus, na totalidade do espectro político.

Paulo Portas pode contar com uma máquina eleitoral precisa que o transportou para a ribalta aproveitando, na totalidade, as suas faculdades de oratória e presença, ganhas enquanto exercia a profissão de jornalista. Para este efeito, todas as campanhas utilizaram o que de melhor há no ramo, usando e abusando dos *media* – especialmente da televisão – e da comunicação de massas.

Contudo, embora tenham sido feitos alguns comícios, poucos, dado o relativo poder de mobilização militante, a grande força comunicativa foi efectuada em recintos populares junto do cidadão comum. Assim, Paulo Portas ganhou simultaneamente em duas frentes: criava notícias que passavam constantemente nos blocos noticiários das televisões nacionais e apresentava-se próximo do eleitor anónimo sem filiação partidária, conquistando-o com uma natural simpatia e um discurso leve e de fácil compreensão, fazendo-o sentir-se ouvido nas suas preocupações quotidianas e mais profundas.

Espalhados por todo o país mercados, lotas, feiras, foram sítios preferenciais transformados num palco por excelência para as campanhas eleitorais legislativas, onde o público-alvo, curioso e ávido pelo rodopio e colorido emprestado pelos líderes políticos na época de eleições, nunca faltava, participando num espectáculo transmitido para todo o país.

O CDS-PP soube meter a sua máquina eleitoral a trabalhar com eficiência, promovendo substanciais ganhos para o partido, colocando-o mesmo numa posição governativa em coligação, algo que já não acontecia desde a década de oitenta.

As campanhas legislativas são a mais valia e o campo de todas as apostas para o partido, já que no plano das eleições autárquicas os resultados raramente são verdadeiramente animadores, daí que, a estratégia política seja pensada ao mais alto nível para garantir a eficácia eleitoral total, ainda que, neste aspecto, o CDS-PP utilize as mesmas armas que qualquer partido político com sérias pretensões às cadeiras do poder.

As estratégias para a vitória

Durante as campanhas eleitorais, os eleitores podem recolher informação junto de pessoas próximas, ou através do contacto directo com os partidos políticos e respectivos candidatos, dos *media*, da propaganda eleitoral, entre outros.

Por outro lado, a publicidade e os meios de comunicação são o terreno preferencial de contacto entre políticos e eleitorado.

Actualmente, as campanhas podem ser resumidas por uma metáfora alusiva às “batalhas” pelas agendas políticas. Cada partido esforça-se por trazer à liça temas e assuntos apelativos e provocatórios ao nível jornalístico, acrescentando ao máximo um grau de dificuldade à abordagem feita pelos seus rivais, com o objectivo final de chegar ao eleitor de uma forma mais influente.

Todos os partidos dão uma especial atenção às exigências dos blocos noticiosos televisivos.

Para conseguir a importante atenção dos *media*, socorrem-se de uma gestão activa de consultores profissionais de publicidade e relações públicas que os ajudam a fornecer as mensagens partidárias e eleitorais com formato e selecção jornalísticas.

As caravanas, os comícios, os cartazes e a publicidade perdem terreno, assistindo-se assim a uma campanha especializada e promenorizada para segmentos da população.

Canel (1999) faz questão de frisar que, a publicidade política é o canal de propaganda eleitoral por excelência, obtendo excelentes resultados – muito semelhante à publicidade comercial, já que utiliza as mesmas técnicas.

A mensagem eleitoral chega, na maior parte das vezes, filtrada ao eleitor pelos meios de comunicação. Porém, os partidos, mais interessados em estarem presentes nas notícias, e nos importantes meios informativos, desenvolveram técnicas informativas especiais, de forma a dar uma imagem de notícia, cumprido com os ritmos informativos e ocupando um espaço recorrente nos meios de informação, sem que a sua mensagem tenha sido grandemente alterada. Esta técnica é o resultado da competição a que os políticos se vêm obrigados com todas as outras notícias, propriamente ditas.

Os pseudo acontecimentos noticiosos encontram-se entre as estratégias de distração dos problemas políticos, sendo uma forma eficaz de construir uma agenda activa. O espaço “ganho” na comunicação social é tanto mais importante quanto necessário, já que é aqui que os partidos exibem toda a sua credibilidade política e as respectivas credenciais internacionais, provando serem organizações sérias e dignas de atenção e apoio.

Enquanto, os jornalistas se tentam afastar da mensagem eleitoral – tentando mostrar aos eleitores o efeito persuasivo da comunicação eleitoral –, os políticos tentam, então, cumprir todos os critérios noticiosos de forma a se manterem constantemente presentes nos meios de comunicação. E a utilização da sondagem de opinião como o produto jornalístico e técnica,

cuja visão se arroga de avaliação imparcial da “opinião pública”, é de vital importância na vida política actual.

Os meios paradigmáticos da hodierna campanha eleitoral mediatizada são, por excelência, o direito de antena ou o espaço jornalístico, o que torna essencial a manutenção de uma virtual igualdade entre partidos concorrentes, com o objectivo de esclarecer o eleitorado.

Na verdade, os partidos vêem-se coagidos a responder a solicitações informativas em tempo real para um alvo específico, conseguindo-o graças a uma estratégia planeada. O que se fica a dever ao desenvolvimento e expansão da informação, actualmente com um carácter de 24 horas sobre 24 horas, obrigando os partidos a uma estratégia complexa para evitar situações politicamente embaraçosas.

Como defende a teoria dos agendamentos, descrita em Norris *e al* (1999), as notícias que obtêm mais atenção por parte dos *media* são, na verdade, a expressão dos problemas que mais preocupam a opinião pública, sugerindo, ainda que, o agendamento manipula o enfoque dado aos assuntos, não determinando as linhas de pensamento acerca dos mesmos. Na verdade, os *media* conduzem as preocupações do eleitorado, dizendo-lhe não o que pensar, mas acerca do que pensar, o que obriga as notícias a serem orientadas estrategicamente para os eventos diários da campanha em si, em detrimento de um verdadeiro e profundo debate político.

Apesar de tudo, a comunicação social tem como objectivos, não só, a multiplicação da mensagem, mas também, a sua ampliação, credibilidade e legitimidade. Gerando simultaneamente produto. E de todos os meios de comunicação, a televisão atingiu um lugar de centralidade no panorama político actual, dado que é, não só, palco de candidaturas e formação de alianças, mas também, de polémicas, de propostas, e de rupturas; substituindo, em muitos aspectos as tradicionais instituições políticas.

Verificou-se, assim, um aumento da importância das linhas editoriais, dos formatos e das cenografias, mas, sobretudo, da apresentação jornalística dos programas de maior audiência. Onde, ao difundir uma exposição notória e prolongada, se proporciona uma importantíssima acumulação de ocasiões de influência, sem comparação com os outros órgãos de comunicação social, especialmente a imprensa escrita.

O televisor penetra no espaço de intimidade familiar, modificando o seu próprio significado social. Os seus interesses são satisfeitos através do conceito da “política espectáculo”, gerando audiências e lucros. Para o *marketing* político esta é uma estratégia importantíssima, evidenciando o discurso e a imagem e limitando a mensagem política aos tempos políticos, forçando assim uma natural e negativa dissipação de conteúdo.

Mas se a televisão é o campo de batalha por excelência para as agendas políticas, os jornais não podem ser sobrestimados, o seu impacto, ainda que de menor alcance junto do eleitor, é enorme. Embora os jornais partidários tenham vindo a sofrer um declínio, a restante imprensa escrita ainda detém uma enorme influência junto da opinião pública.

A rádio, por sua vez, possibilita alguma fragmentação, ainda que a voz tenha determinadas potencialidades propagandísticas por excelência. E os meros debates políticos televisivos ou declarações de campanha na rádio, são actualmente imprescindíveis para atingir a vitória eleitoral.

Embora seja um meio de comunicação relativamente recente, também a Internet tem visto a sua importância acrescida e todos os partidos têm *websites*, onde procuram uma maior interação com o eleitor.

Contudo, a verdadeira supremacia pertence à televisão, onde a imagem desempenha um papel fundamental. Na maioria dos países com princípio da representação, a televisão reduziu a importância de organizações de massa e redistribuiu o equilíbrio dos centros de poder.

Apesar da enorme importância dada aos veículos utilizados pelos partidos políticos para passar a sua mensagem eleitoral, esta ainda é a peça central de toda a campanha. Da sua pertinência e clarividência ainda depende o resultado final de qualquer eleição.

Constituída por três partes, a mensagem política divide-se em partidária, programática e sobre a liderança, espelhando uma límpida imagem global, mais correcta possível ao nível nacional, através de programas eleitorais, *press release* e tempos de antena.

Quanto às regras do tempo de antena, estas definem simultaneamente a natureza e as consequências da cobertura de campanha pela televisão, ou rádio.

Os *press releases* são habitualmente os documentos mais sucintos, justificando-se como uma fonte alternativa que permite uma maior aproximação aos resultados da agenda política na rotina diária da campanha. Agendando os assuntos a tratar no dia – saúde, pensões, imigração, entre outros – e coordenando-os com outros eventos, os partidos ambicionam ver a sua agenda diária coberta o mais possível pelos media, gerando desta forma publicidade em forma de notícia.

Contudo é nos programas eleitorais que se encontra a posição oficial dos partidos na sua totalidade de propostas eleitorais, permitindo situá-los no espectro ideológico esquerda-direita. Sendo essencialmente uma panóplia de soluções que os partidos apresentam em campanha eleitoral para problemas específicos do Estado, como sejam o desemprego, o deficit público, a insegurança, entre outros, estando, todos eles, imbuídos de uma promessa de futuro.

Ainda que raramente lidos pelo público em geral. Os programas são dados a conhecer de forma mediática, marcando o início da corrida eleitoral para o partido em questão, sendo posteriormente comentados e discutidos por comentaristas políticos e pelos outros partidos. São encarados pelos agentes envolvidos na campanha como a “agenda estratégica ideal dos partidos”, ainda que não em *strictus sensus* – já que são normalmente constringidos por considerações eleitorais estratégicas –, mas porque são controlados unicamente pelos partidos.

Como possíveis programas de governo, tradicionalmente lançam a campanha eleitoral oficial e convidam à difusão de novas coberturas informativas ao mesmo tempo que fornecem um manancial de trabalho, por excelência, a todos os investigadores que pretendem estudar o partido naquele momento específico da sua vida.

3. Um “novo” CDS-PP revisto nos programas de governo: De 1999 a 2005

Como já aqui foi dito, os programas eleitorais são actualmente a melhor forma de análise de um partido, dado que é através destes documentos que é veiculada a sua posição oficial na totalidade das propostas governativas.

Ainda que a sua mensagem possa não conter todos os ideais defendidos, por razões estratégicas obedientes ao momento de campanha eleitoral, são os programas eleitorais que nos permitem ter uma imagem global, mais correcta possível, da mensagem partidária ao nível nacional.

1999, 2002 e 2005: o Governo como destino

Os programas do CDS-PP de 1999, 2002 e 2005, obedecem a uma estratégia que aponta claramente para a governação, isto é, todos os textos apontam para uma possibilidade concreta do partido vir a fazer parte de um governo de coligação – como entretanto se viria a verificar. Neste sentido, verificamos a utilização de um discurso muito próximo do da extrema-direita pós-industrial, com um cunho marcadamente populista.

Todos os documentos aqui tratados seguem a mesma linha de importância temática chave.

A via democrática e os governos da oposição

A crítica directa ao sistema político vigente, ao governo PS e ao seu antecedente PSD é uma constante nos programas de 1999 e 2002.

No programa eleitoral de 1999 os dois partidos habitualmente governamentais são acusados de caciquismo: *«a verdade é que este Governo do PS, como os anteriores do PSD, têm um modelo orgânico mais dirigido à satisfação das facções e necessidades partidárias,*

do que à visão estratégica dos problemas do país» (p.3), e no documento de 2002 o CDS-PP continua com um discurso francamente hostil e irónico:

Durante os anos do consulado socialista, o CDS-PP foi o primeiro a denunciar o marasmo em que a economia portuguesa se encontrava e quem melhor estudou os bons exemplos vindos dos nossos parceiros da União Europeia. Outros, preferiram, primeiro negar as evidências, depois desacreditar as medidas por nós propostas e agora parecem juntar-se àqueles que outrora denominaram de “velhos do restelo”. Ainda bem que assim é. O País agradece» (p.11); «pelo menos, os portugueses ficaram a saber que nenhuma das políticas dos anteriores governos do PSD e do PS lhes permitiu viver hoje melhor na área dos transportes (p.23).

Porém, no programa de 2005, como seria de esperar, esta situação não se verifica, uma vez que, o CDS-PP tinha assumido responsabilidades governamentais a partir de 2002 em coligação com o PSD, verificando-se previsivelmente algumas referências positivas aos dois governos constitucionais de que fez parte⁹: *«no entanto, o XVI Governo definiu determinadas linhas mestras de actuação com contornos extremamente positivos» (p.23).*¹⁰

O CDS-PP nunca coloca em causa a democracia, da qual é fruto, defendendo-a enquanto tal. Contudo, a crítica ao sistema político vigente, que considera como tendo um défice democrático, é acutilante e desgastante, chegando mesmo a dar direito a um ponto sobre corrupção no programa eleitoral de 2002: *«em resumo, o assunto da corrupção tem de ser trazido para a praça pública. Assim o exige o estado calamitoso das nossas contas públicas, e a defesa da nossa democracia» (p.97).* Ainda neste documento e a propósito da defesa do sector privado, compara-se o mau velho regime do Estado Novo com a má solução encontrada em 1974, criticando-se, não só, o actual sistema, bem como, destacando o próprio partido de algum tipo aproximação que se lhe pudesse imputar relativamente ao regime anterior:

Ao regime paternalista e condicionador da Iniciativa que caracterizava o Estado Novo, seguiu-se o espírito e a prática estatizante, burocrata e controladora do Estado que fez

⁹ O CDS-PP fez parte do XV Governo Constitucional liderado por Durão Barroso e do XVI Governo Constitucional liderado por Santana Lopes.

¹⁰ A propósito das áreas da ciência, tecnologia e inovação.

pairar uma constante desconfiança sobre a riqueza criada pelo Sector Privado o que tem limitado o desenvolvimento económico desde a revolução de 1974 (p.11).

Também no programa de 1999 a ênfase dada ao actual sistema político promove uma ideia de que quase tudo está mal ou foi mal feito:

É um avanço democrático, face à actual tendência para a desresponsabilização, em que o cidadão dificilmente consegue escrutinar a decisão pública, quer porque os políticos tendem a culpar os “técnicos”, quer porque, na origem, boa parte da decisão pública é de natureza comunitária e está submetida ao chamado “défice democrático”. (p.6)

A democracia é apresentada como um bem a preservar, justificando mesmo a defesa de «um Estado simultaneamente mais forte e menos pesado; investidor e ambicioso no essencial, mas rigoroso nas contas, poupado no acessório e discreto na forma» (CDS-PP, 1999, p.3), contudo, o sistema político não deixa de ser alvo de críticas que, em última análise, promovem a sua erosão. É explorado o fantasma da crise generalizada, presente de uma forma constante, ainda que mais ou menos velada, em todos os textos dos manifestos de 1999 e 2002:

O ritmo da convergência real da Economia portuguesa com a europeia, foi interrompida em 1993/94 com o impacto da recessão internacional, e nunca mais foi retomada, pelo menos no ritmo a que se processou nos primeiros anos depois da adesão à comunidade europeia (CDS-PP, 1999, p.35); não é assim que anulamos, no espaço de uma geração, como refere o documento, a distância que nos separa da Europa (CDS-PP, 1999, p.36); a situação das finanças públicas portuguesas é grave e tem constituído um obstáculo ao projecto de desenvolvimento do país [...] se Portugal não optar decisivamente por diminuir as despesas está a onerar as gerações futuras com uma maior carga fiscal, e, mais do que isso, está a bloquear um saudável desenvolvimento (CDS-PP, 2002, p.5).

Na verdade, o discurso da defesa da autoridade política chega a raiar o autoritarismo. Defende-se um Estado pequeno, mas com um comando político forte de modelo governativo democrata-cristão, numericamente mais pequeno e mais coeso para se tornar mais eficiente, em que se dá preferência à concentração de políticas (CDS-PP, 1999) – ainda que se defenda o reforço dos órgãos de competências regionais e locais, com especial referência para as autonomias dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Como o CDS-PP assume em 1999, o governo deve ter «*um comando político forte e competente*» (p.6), sendo «*necessário ser-se doutrinariamente muito consistente, tecnicamente muito bom e politicamente muito credível para se ser ministro deste Governo democrata-cristão*» (p.5).

Para uma maior eficiência governamental e administrativa não bastam os cortes no número dos altos cargos da administração, o CDS-PP propõe também que a função pública no geral tenha um regime de gestão próximo do privado, propondo em 2002:

A aplicação às novas admissões na função pública de um regime tendente às regras do contrato individual de trabalho . . . maior flexibilidade na contratação e uma significativa poupança futura no âmbito da segurança social; a introdução do princípio geral da gestão por objectivos; a criação de prémios de produtividade; e a consagração legal da existência de um gestor orçamental em cada ministério (p.93).

As “causas da esquerda” na agenda política

O CDS-PP, como um seu qualquer congénere europeu da extrema-direita pós-industrial, apresenta nos seus manifestos uma agenda política cujas preocupações são de um cariz tradicionalmente atribuído aos partidos de esquerda.

O Estado Social é defendido como uma prerrogativa da democracia-cristã, de espírito reformista, «*buscando respostas de base humanista e de matriz personalista*» (CDS-PP, 2002, p.43), «*pilar fundamental do desenvolvimento económico-social sustentável*» (CDS-PP, 2005, p.27).

«*Para o CDS-PP o social não é um custo para a Nação, é um valioso recurso para uma sociedade equilibrada*» (CDS-PP, 2002, p.44).

As questões relativas à manutenção e reformulação do Estado social são de uma importância eleitoral vital, sobretudo quando todos os partidos políticos falam da urgência da reforma da Segurança Social e quando o eleitor é confrontado diariamente com a ameaça de perda de direitos sociais significativos. Neste sentido, o CDS-PP defende em 2002 uma «*complementaridade [que] deve igualmente ser aprofundada entre a Segurança Social e os sistemas privados e individuais de previdência*» (p.44), reforçando os ideais de justiça social num contexto humanista e democrata-cristão – contrariando «*os excessos e as incapacidades, quer do liberalismo desenfreado, quer do individualismo, quer do socialismo, quer ainda da*

intervenção social, constituindo a mais sólida resistência ao totalitarismo» (CDS-PP, 1999, p.86) –, apelando a toda uma faixa mais desfavorecida da sociedade. Este é um tema sensível à maioria dos cidadãos, tornando-se assim um campo por excelência capaz de seduzir, quer as classes médias, quer as classes mais baixas e desprotegidas da sociedade:

O CDS-PP tem assumido firmemente a sua posição como partido que confia e aposta inteiramente nas classes médias, fazendo uma opção expressa e preferencial pelos mais pobres e excluídos . . . E o combate à pobreza e à exclusão são o primeiro passo para um alargamento e reforço das classes médias.» (CDS-PP, 1999, p.86).

Dentro deste grande grupo de excluídos destacam-se os idosos cujas *«pensões baixas constituem a primeira causa de pobreza em Portugal» (CDS-PP, 2002, p.43)*, as famílias – cujo papel deve ser reforçado –, os jovens, as minorias e as mulheres:

A justiça social abrange a eliminação das situações de pobreza e de exclusão social que ainda afligem a sociedade portuguesa; uma mais completa protecção social da família, em particular das mais numerosas ou das que vivem com mais dificuldades; uma maior solidariedade entre gerações e uma acrescida coesão social entre regiões; uma mais eficiente e mais justa protecção social aos que se encontram em situação debilitada por doença, no desemprego ou na velhice. A justiça social abrange também os cidadãos portadores de deficiência, uma situação que merece especial atenção (CDS-PP, 2005, p.27).

Contudo, na apologia da luta contra a pobreza o rendimento mínimo garantido, baluarte de justiça social para o PS, é totalmente arrasado com a acusação de não modificar atitudes, promovendo a *ociosidade* e a *fraude*:

Volvidos quase cinco anos desde a sua entrada em vigor, verifica-se que tal medida, sendo generosa, não só não cumpriu os objectivos a que se propôs, mantendo-se os índices de pobreza mais intensa nas mesmas camadas da população, como foi permeável a abusos, transformando-se no exemplo mais marcante do desnorte socialista em matérias sociais (CDS-PP, 2002, p.55).

Ainda, neste ponto aborda-se, pela primeira vez, a questão da imigração em Portugal, insinuando-se, ainda que, de uma forma sub-reptícia, o seu contributo para a falta de trabalho

dos cidadãos portugueses em idade produtiva e a sua conseqüente culpa pela pobreza nacional.

Hoje vivem e trabalham em Portugal, entre legais e ilegais, mais de 450 mil imigrantes, cerca de 10% da população activa e ao mesmo tempo, Portugal tem mais de 400 mil adultos inscritos no Rendimento Mínimo Garantido e no subsídio de desemprego (CDS-PP, 2002, p.55).

Alguns valores: família, mulheres e o direito à vida

A família, as mulheres e o direito à vida formam outra bandeira nos valores democratas-cristãos do CDS-PP.

A família, sobretudo a alargada é considerada uma prioridade nacional, *célula social fundamental*, o que, por arrastamento, torna a luta contra a interrupção voluntária da gravidez uma batalha que, já tendo sido ganha, não se deveria voltar a mexer¹¹:

Para nós, a questão do aborto para efeitos da sua despenalização ou descriminalização é um tema democraticamente resolvido pelo próprio Povo Português. É uma matéria cultural e que deve ser transversal à política por quem considera, como nós, que o direito à vida é inalienável (CDS-PP, 2002, p.63).

A vontade da mulher neste assunto não é tida em conta, nem tão pouco o facto de o verdadeiro vencedor do referendo de 1999 ter sido a abstenção.

O próprio papel da mulher nos programas de governo de 1999, 2002 e 2005, é na verdade muito característico e redutor, mantendo os tradicionais preconceitos de género. O CDS-PP faz bastantes alusões ao sexo feminino e às suas necessidades, mas sempre e só no papel “natural” de progenitora: - «Desde logo, será dada prioridade às medidas – sociais, fiscais e laborais – que possibilitem à mulher uma natural e harmoniosa conciliação dos papéis de mãe e trabalhadora» (CDS-PP, 1999, p.87).

¹¹ Em 1999 foi efectuado o primeiro referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, do qual saíram vitoriosos os partidários do Não à alteração da lei, ainda que, a maioria dos eleitores tivesse optado pela abstenção.

E embora se defenda a *«redefinição e alteração dos prazos do regime de licenças de maternidade e de paternidade»*, no que diz respeito à educação e acompanhamento das crianças, a possibilidade de permanecer em casa é dada apenas à mãe: - *«equiparação dos benefícios fiscais decorrentes do recurso a creches e infantários com opção da mulher ficar com os filhos»* (CDS-PP, 2002, pp.65, 66).

O Estado Social

O Estado Social defendido pelo CDS-PP tem um forte pendor caritativo, deve favorecer todo um sem número de sistemas complementares privados que vão da prestação de cuidados às reformas, mantendo-se como um árbitro de contas e procedimentos e raramente como alternativa àqueles. No seu papel, relegado para segundo plano enquanto garante social, deve apenas valer aos mais desfavorecidos, àqueles que não conseguiram atingir o patamar económico necessário para aceder aos sistemas complementares.

Tal como foi defendido para a Segurança Social, também para a Saúde o CDS-PP defende uma complementaridade de sistemas:

Ampliar e regular as modalidades de participação de entidades privadas e sociais e de mobilização do investimento privado e social no âmbito do sistema de saúde, designadamente pela concessão da gestão e da exploração de entidades prestadoras a privados no âmbito do SNS e o investimento de privados em conjunto com o Estado e as autarquias na construção de novos hospitais e na sua gestão (CDS-PP, 1999, p.96), [favorecendo o] *reforço do papel das Misericórdias e de outras instituições sociais na prestação de cuidados de saúde* (CDS-PP, 2002, p.54).

Analogamente, também a educação é considerada uma bandeira eleitoral por excelência, uma vez que se trata de um assunto que diz respeito ao futuro do país, consensual na sua centralidade e que é, por isso mesmo, passível de uma abordagem populista.

A crítica à escola, aos seus intervenientes e respectivos custos é constante. No programa de 2002 o sistema educativo é considerado *«ineficiente, quer financeiramente, quer nos resultados»* e nem os professores escapam ao vaticínio de maus trabalhadores, dado que se considera que *«os salários dos professores e a sua evolução ao longo da carreira são tendencialmente superiores aos dos outros países da OCDE»*, mas, cujo *«número de horas*

leccionado por ano pelos professores portugueses é inferior à média dos países da OCDE» (p.140). Assim, é defendido que a escola deve ser objecto de profundas modificações de paradigma, ainda que o CDS-PP admita que *«não quer mais uma reforma que volte a lançar a confusão no seio dos alunos, dos professores, das famílias e de todos os agentes educativos»* (CDS-PP, 1999, p.42), mas *«uma reorientação da política governativa, tendo como prioridade estrutural o ensino básico e o secundário»* (CDS-PP, 2002, p.140).

Mais uma vez, a ordem é para cortar no orçamento, com o argumento que:

Se for válido o paralelo com outros sistemas complexos de utilização de dinheiros públicos, é sempre melhor gastar mais eficientemente do que gastar mais. Aqui, como noutros domínios, as restrições orçamentais a que nos obrigámos em termos europeus podem vir a ter um efeito virtuoso (CDS-PP, 2002, p.141).

A reorientação escolar que o CDS-PP visa nos seus programas eleitorais de 1999 a 2005 é profunda e de largo alcance, defendendo em 2002 *«a transferência prudente e gradual da responsabilidade da gestão, do investimento, da conservação dos estabelecimentos de ensino, dos professores e dos outros funcionários, de grande parte das competências administrativas, económicas e pedagógica [sendo ainda] da responsabilidade das autarquias a definição das especificidades curriculares locais»* para todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário. Continuando-se também a apostar na *«reintrodução dos exames nacionais obrigatórios [e na] introdução de um Sistema de Manuais Escolares únicos para o ensino Básico, escolhidos com regras claras e exigentes, de quatro em quatro anos»* (p.142), retirando autonomia pedagógica às escolas e obrigando a uma normalização na forma de ensino autoritária por parte do Estado.

O sistema de valores também é visado com o crescendo de uma dimensão moralizante da escola. Insiste-se num *regulamento disciplinar rigoroso* dentro das escolas e consagra-se legalmente a *«obrigatoriedade de no ensino básico e na primeira aula de cada dia escolar os alunos cantarem o hino nacional como forma de reforçar a identidade nacional»* (CDS-PP, 2002, p.143).

Por fim, toda esta “reorientação” escolar terá o seu corolário nas primeiras saídas profissionais fornecidas por este sistema, visando *«o primeiro emprego e não [...] o emprego»* (CDS-PP, 1999, p.45).

Ainda dentro do preceito educativo, o item da cultura é dos mais pequenos nos três programas de governo. Aqui, o CDS-PP propõe *«a preservação do património e a produção*

artística [que] deve ser aliada a um espírito empreendedor, que identifica a cultura como factor decisivo no desenvolvimento e afirmação internacional da modernidade» (CDS-PP, 2005, p.15), salvaguardando a *vocação universalista* da nossa identidade nacional.

A crítica feita à gestão cultural socialista no programa de 1999 é enorme e grave. O governo PS é acusado de levar a cabo uma *«instrumentalização política, ideológica e eleitoral da cultura, a que se soma um sistemático favorecimento de clientelas estabelecidas na esfera de influência do poder socialista»* (p.51). A cultura, *«não pode ser hermética e elitista, fechada sobre si mesma para fruição de pequenas comunidades. Tem de ser aberta e acessível a toda a comunidade»* (CDS-PP, 2005, p.14).

A cultura funciona como um atractivo a vários níveis: - educa as massas; - fomenta o turismo cultural; - projecta Portugal no Mundo, com especial interesse para os países lusófonos; - e eleva o espírito patriótico dos cidadãos. A liberdade criativa é sobejamente defendida, estando o Estado e uma melhor lei do mecenato encarregados de velar por ela. Porém, o Estado também deve *«como regulador e promotor, criar condições para uma melhor Produção e Difusão no sector»* (CDS-PP, 2005, p.15).

Uma educação para o ambiente: a agricultura, as pescas e a floresta

Dentro da educação, e no seguimento tradicional dos partidos de esquerda e extrema-esquerda, o CDS-PP considera estratégico “o sector do ambiente”, sendo, por isso, prioritária, uma educação para o ambiente.

Já no programa eleitoral de 1999, o CDS-PP se tinha comprometido a apresentar as bases da sua política ambiental, nos primeiros 100 dias de legislatura.

Em 2002, em virtude da “política ambiental incongruente” dos governos anteriores – especialmente da última administração PS que se resumiu *«à chamada questão da co-incineração.»* e que exemplifica o que *«de pior tem a política portuguesa: falta de coragem, hipocrisia política e, . . . , uma enorme demagogia»*, demonstrativa da *«falta de estratégia, de planificação e rigor»* -, o CDS-PP propõe uma nova política ambiental que permita *«prosseguir o objectivo de assegurar a permanente compatibilização das políticas de desenvolvimento, no quadro do propósito estratégico fundamental de fazer funcionar o mercado a favor do ambiente, através de uma nova prática de contratualização com os agentes económicos e de mudanças no sistema fiscal»* (pp.37,38), não deixando nunca cair a

bandeira da co-incineração, que entretanto se tornou num tema fracturante da sociedade portuguesa.

Tendo ainda em conta esta matéria, e no sentido da internacionalização da postura do governo português, o CDS-PP defende uma “*Green diplomacy*” – colocando «*Portugal no centro da discussão da agenda ambiental no contexto das relações internacionais, nos contactos multilaterais e bilaterais.*» (CDS-PP, 2005, p.12).

Pormenorizando nesta matéria, os sectores económicos da agricultura, pescas e florestas são constantemente abordados em época de campanhas eleitorais.

A percentagem de população nestes sectores não é, de todo, actualmente representativa da maioria da população portuguesa. Contudo, a sua importância a nível mediático permite margem de manobra nas estratégias eleitorais de um partido político com as características do CDS-PP, mesmo se tratando de um eleitorado que tradicionalmente se considerava de esquerda.

A crise sistemática em que vivem estas actividades económicas em Portugal apela à consciência do eleitorado, aos seus valores patrióticos, e realiza tempo real de antena nos *media* – imprescindível a qualquer candidato que se preze.

As críticas ao governo e às instituições da União Europeia encontram-se, nesta matéria, extremamente facilitadas. Nos programas eleitorais exige-se «*mais e melhor produção na agricultura, na floresta e na pesca portuguesas, respeitando o ambiente e tendo presente que desempenham uma multiplicidade de funções*» (CDS-PP, 2005, p.49). Estas reivindicações eleitoralistas permitem chegar a uma enorme faixa do eleitorado, individualizando os *culpados* pela situação e exigindo a reparação imediata da situação.

Nesta área o CDS-PP promete: - um, maior e mais eficaz, poder negocial da PAC; - a «*revisão da Organização Comum de Mercados e da Política Comum de Pescas*» (CDS-PP, 1999, p.69); - incentivos para *o investimento produtivo na floresta*; - apoios ao nível da produtividade e formação dos trabalhadores; - estímulos à investigação científica e utilização de tecnologia nestas áreas; - mais apoios económicos e fiscais; - e uma maior e melhor fiscalização.

A economia, a globalização e a Europa: as belas e o monstro

Todas as reformas visam o crescimento da economia, essencial para qualquer país. Como tal, o CDS-PP defende uma nova postura estatal nesta área, criticando fortemente a

gestão levada a cabo pelo governo PS - *«é este governo do PS que para o futuro também não promete nada de diferente . . . não tem uma visão estratégica, não tem um sonho para Portugal. Passa ao lado da globalização e ignora a necessidade das reformas estruturais»* (CDS-PP, 1999, p.36).

A fórmula do CDS-PP para vencer o desafio da competitividade passa fundamentalmente por uma ideia simples: emagrecimento do Sector Público, restrição do Estado àquilo que são as funções fundamentais na Economia, essencialmente reguladoras, e aposta decisiva no desenvolvimento do sector privado (CDS-PP, 2002, p.11).

Neste sentido, são defendidas uma série de medidas que permitam a competitividade empresarial, a internacionalização das empresas portuguesas e o investimento directo estrangeiro: - o sistema fiscal deve ser simples e previsível, o IRC deve baixar de forma a permitir um *choque fiscal*; - a política laboral deve evoluir *«no sentido da sua flexibilização»* (CDS-PP, 2002, p.16); - a globalização e a moeda única devem ser encaradas como um desafio nacional; - deve ser apoiada a *«execução de uma política baseada na privatização e concessão da exploração do sector empresarial e dos serviços do Estado»* (CDS-PP, 1999, p.38); - e a Administração Pública deve obedecer a um novo modelo associado a *«empresas públicas restringidas ao essencial e com regras de funcionamento»* (CDS-PP, 2002, p.16).

Porém, apesar da defesa da privatização de alguns serviços estatais e do apoio aberto ao sector privado, o CDS-PP defende a manutenção de alguns sectores estratégicos para o Estado, como seja a participação de capitais públicos em regime de *golden shares* em empresas dedicadas à energia ou as telecomunicações, mostrando-se ainda veementemente contra a privatização da Caixa Geral de Depósitos.

Também o apoio à inovação tecnológica, ao uso e desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação, bem como, a uma política efectiva para os transportes e formação profissional ao longo da vida são encarados como essenciais à competitividade nacional.

Particularmente no item da economia, em todos os programas eleitorais, o CDS-PP utiliza um discurso de aproximação à União Europeia, ao mercado comum, ao mesmo tempo que aproveita para se destacar da visão economicista anterior a 1974. Demonstra essa aproximação já em 1999 quando, de uma forma catastrofista, avalia as políticas socialistas.

O Governo PS:

Ignora as oportunidades e as ameaças decorrentes do alargamento da EU e da concorrência com os países de Leste, que não só vão competir com muitas das nossas empresas mas, sobretudo, são já hoje o novo centro de atenções quer para o fluxo dos fundos comunitários quer para destinos de investimento internacional.

Não é assim que anulamos, no espaço de uma geração, como refere o documento¹², a distância que nos separa da Europa, muito à semelhança do que acontecia com os Planos de Fomento de antigamente que ignoravam, mas continham em si a bomba-relógio da guerra do ultramar (p.36).

Os Negócios Estrangeiros, a Europa e a Defesa Nacional: a posição de Portugal no Mundo

Também, os Negócios Estrangeiros são encarados como um dos maiores *desafios nacionais*, descurados pelo governo socialista – embora se reconheça que «*a política externa nos países civilizados [onde obviamente se inclui Portugal, como contraponto a países “incivilizados”] é um factor de consenso entre partidos responsáveis e de Governo*» (CDS-PP, 1999, p.22). O país não deve esquecer as suas responsabilidades para com a projecção histórica de Portugal no Mundo, criadora da identidade nacional.

A propósito da independência de Timor, no programa eleitoral de 2002, o CDS-PP defende que:

Este fim de ciclo, no entanto, não significa que se encontre concluído o papel de Portugal na História Universal. Cria-lhe outras possibilidades e provoca novos desafios sabendo, como sabemos, que na nossa História, a política externa se encontra profundamente ligada à identidade nacional (CDS-PP, 2002, p.169).

Nesta como noutras matérias, assiste-se a uma galvanização da auto-estima do eleitorado em relação ao orgulho e desígnios nacionais. O CDS-PP utiliza assim uma parte da história nacional para chamar o eleitor à “razão”, insistindo na dimensão universalista e

¹² Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social proposto pelo então governo PS para o período 2000-2006.

moralizadora de Portugal que só o partido defende e pela qual lutará, mais e melhor, caso vença as eleições.

Portugal é visto como o paladino da protecção e da consciência internacional:

Relativamente à construção europeia, é bom lembrar que [o] contributo português perde-se nas origens da nossa história. De uma forma sistemática fomos engrandecendo as fronteiras ocidentais ao longo dos séculos, desde a nacionalidade até à expansão ultramarina.

Após a aventura dos descobrimentos . . . regressámos ao ponto de origem com a certeza que podemos representar também uma consciência no resto do mundo para a Europa. Nos nossos dias carregamos essa experiência multissecular para o debate fundamental sobre o rumo que deve tomar a construção europeia, conscientes do papel que cabe às Nações e dos erros em que incorrem experiências unificadoras anteriores que não as levaram em consideração (CDS-PP, 2002, p.129).

Neste sentido, a propósito da União Europeia – e apesar do eurocepticismo defendido em meados dos anos noventa –, a partir do programa eleitoral de 1999, o CDS-PP assume-se claramente como um partido de governo, e como tal, o discurso sobre a Europa sofre uma mudança definitiva no sentido de se assumir enquanto partido “eurocalmo”. Defende-se assim a prossecução de «*uma política de cooperação activa na construção europeia, que privilegie o reforço da coesão económica e social no quadro da União Económica e Monetária, aberta a um alargamento a novas democracias em termos que preservem os interesses portugueses*» (CDS-PP, 1999, p.26), ainda que se alerte contra «*uma integração política de teor federal*», prevenindo que, «*a Europa só fará sentido enquanto a integração signifique cooperação profunda e não alienação sistemática de autoridade e democracia. Portugal cumprirá o futuro se combater pela Europa e respeitará o passado de o fazer em nome da Nação que somos*» (CDS-PP, 2002, p.134).

Embora se admita no programa eleitoral de 2005 «*que fazer parte da União Europeia foi, para nós [CDS-PP], o mais importante factor de estabilidade e progresso nas últimas décadas*» (p.35), também se critica a presença e a participação de Portugal na União Europeia, rotulando-as de derrotistas e incompetentes. Propondo-se por isso «*uma postura da parte do Estado Português mais agressiva na defesa dos interesses portugueses na União Europeia*» (CDS-PP, 2002, p.135).

Na defesa do papel de Portugal no mundo, a Dimensão Atlântica de Portugal não é deixada de parte, muito pelo contrário:

O CDS entende que, num tempo em que as necessidades de segurança e de defesa se apresentam como prioritárias para a preservação da liberdade e da civilização, a afirmação da Dimensão Atlântica na promoção de um Mundo mais seguro e justo não pode dispensar o contributo da experiência histórica da Nação Portuguesa ao longo de séculos (CDS-PP, 2002, p.135).

Mais uma vez apela-se para uma visão polarizada da realidade, em que Portugal deve funcionar como paladino de uma vocação civilizadora e democrática Ocidental, defendendo seguidamente que *«a segurança e a defesa europeia não podem construir-se contra ou apesar dos Estados Unidos da América; os dois lados do Atlântico devem permanecer aliados e respeitar-se mutuamente» (CDS-PP, 2005, p.35).*

O país deve *«potenciar e otimizar, como estratégia global, a intersecção dos eixos europeu, atlântico e lusófono [...] possibilitando um aumento do contributo português para a paz no mundo, designadamente através da Nações Unidas, da NATO e da UEO» (CDS-PP, 2002, p.131).* Neste sentido, também a CPLP é encarada como um objectivo real e de relevante importância para a projecção nacional. A pretexto do contexto linguístico e cultural que congrega diversas realidades multiculturais com especificidades políticas, económicas, sociais, militares e ambientais – Portugal deve estar apto a assumir um papel relevante no contexto global em que vivemos. *«A especificidade da CPLP num contexto internacional poderá contribuir para alavancar a posição de Portugal no Mundo» (CDS-PP, 2002, p.130).*

No programa eleitoral de 2002, Espanha e Marrocos merecem uma referência especial devido à sua vizinhança com o território nacional. Em relação ao primeiro defende-se o reforço das diversas parcerias e um especial cuidado no relacionamento que deverá ser sempre *«orientado para a promoção do respeito pela diversidade histórica e cultural, potenciando assim uma construção europeia baseada na valorização do respeito pela diferença, que deve constituir a base do edifício europeu» (CDS-PP, 2002, p.130),* deixando escapar um receio velado na homogeneização cultural e eventualmente num apropriação indevido das fronteiras e da história individual de cada país. Já em relação ao segundo, defende-se um estreitamento estratégico de relacionamento político e económico, precavendo a profunda ligação do Norte de África ao Médio Oriente e a possibilidade daí decorrente de

«se tornar dependente da evolução de certas tendências islâmicas de maior ou menor radicalismo» (CDS-PP, 2002, p.135).

Ainda neste contexto, a defesa nacional é outra das grandes bandeiras do CDS-PP, que aproveita para exaltar as virtudes patrióticas ao mesmo tempo que sublinha as novas ameaças, tão indetectáveis quanto omnipresentes, decorrentes da nova ordem global:

A dignidade do Estado, a salvaguarda da soberania e independência nacionais, a contribuição para a paz mundial e a garantia da segurança dos portugueses em Portugal e no estrangeiro, impõem uma política de Defesa Nacional adequada às suas necessidades e manutenção . . . os novos riscos e ameaças nem sempre são detectáveis.» (CDS-PP, 1999, p.8).

A posição político-geográfica¹³ do território nacional é encarada como uma peça de vital importância na cena internacional. No quadro das relações externas político-militares Portugal deve-se empenhar no bom funcionamento das organizações internacionais e na procura de soluções de cooperação e promoção da paz – «o preocupante agravamento das tensões do Mundo mantém uma instabilidade no sistema internacional e tal facto exige do Estado Português e dos seus aliados um esforço suplementar de coordenação e cooperação internacional» (CDS-PP, 2005, p.30).

Neste sentido, enquanto “desígnio nacional”, defende-se a modernização e dignificação das Forças Armadas:

De forma a garantir a defesa do território nacional, o controlo da zona económica exclusiva e a protecção dos portugueses no Mundo e, ao mesmo tempo, garantir os compromissos, interesses e alianças no quadro da NATO e da UEO, bem como o desenvolvimento dos laços específicos de solidariedade e cooperação decorrentes da nossa História (CDS-PP, 2002, p.106).

¹³ Para além da posição geográfica de Portugal, a extensão da costa marítima é outra fonte de preocupação para o CDS-PP, ao ponto de no programa eleitoral de 2005 se encontrar um capítulo destinado apenas aos assuntos do mar. Também aqui a segurança e a cooperação internacional são consideradas um imperativo político da maior importância.

Ainda que o CDS-PP enfatize a luta pela paz, pela democracia, liberdade e direitos humanos, parece-nos que esta se torna numa forma de legitimar a intervenção militar contra os Estados que não partilhem os mesmos valores:

Portugal . . . tem vulnerabilidades e necessidades próprias à sua situação geográfica que exigem a manutenção da força militar necessária à dissuasão das ameaças externas, à prossecução dos objectivos nacionais e à cooperação com a Comunidade Internacional, no âmbito das organizações internacionais de que faz parte, nas missões humanitárias e de evacuação; de manutenção da paz; de restabelecimento ou gestão de crises ou conflitos armados e, sobretudo, de combate ao terrorismo enquanto nova ameaça que paira sobre as sociedades democráticas e defensoras dos direitos humanos (CDS-PP, 2002, p.105).

Das várias propostas concretas no sentido da modernização das forças armadas destacamos: - a defesa do fim do serviço militar obrigatório aliado a uma política de profissionalização e de incentivos ao voluntariado através da melhoria do seu estatuto remuneratório; - a revisão e dignificação das carreiras militares; - a criação de incentivos especiais para os participantes em acções decorrentes dos compromissos internacionais assumidos; - a aquisição de novos equipamentos militares; - o reforço e efectivo controlo parlamentar dos Serviços de Informações; - a dinamização e reestruturação da indústria da defesa; - e o reforço das competências presidenciais em matéria de Defesa Nacional.

De todas estas propostas deve-se destacar ainda a importância dada aos Ex-Combatentes do Ultramar, defendendo-se a criação de uma Secretaria de Estado no âmbito do Ministério da Defesa, que responda e garanta as várias reivindicações dos antigos combatentes da Guerra Colonial. Esta questão é de uma enorme importância eleitoral, dado que a esmagadora maioria do eleitorado masculino com mais de quarenta e três anos de idade¹⁴ participou no conflito, tornando-se, por isso, particularmente susceptível a esta temática.

¹⁴ À data do primeiro programa de governo abrangido por este estudo (eleições legislativas de 1999), os últimos combatentes a participarem na guerra colonial teriam sensivelmente quarenta e três anos de idade.

A (in)segurança e a (in)justiça

Poucos são os temas tão passíveis de polémica e galvanizadores da consciência do eleitorado como a segurança interna e a justiça.

O CDS-PP explora o tema da insegurança de uma forma eficaz do ponto de vista eleitoral.

Começando por traçar o cenário nacional, sustentando que *«a sociedade portuguesa vive, hoje, um sentimento generalizado de insegurança e mesmo de impotência face ao crime»*, aproveita para se insurgir num cerrado ataque eleitoral contra os governos socialistas, argumentando que *«efectivamente, durante estes anos de mandato socialista, a esquerda em geral e o Governo em particular, permitiram ou promoveram mesmo a conflitualidade e o desprestígio das nossas forças de segurança»* (CDS-PP, 2002, p.69).

O partido defende uma reestruturação de fundo no âmbito da administração interna, visando a defesa e prestígio dos agentes e dos serviços (CDS-PP, 2002, p.73).

No programa eleitoral de 1999 o tema é tratado de uma forma generalista, focando essencialmente a questão da vigilância, a centralização dos serviços ao nível de chefias e um empenhado juízo de valores.

A ausência de valores morais – que a sociedade não *«qualificou moralmente, deixando que um certo relativismo moral fizesse o seu percurso, incólume e livre de referências e valores que monitorizam a vida colectiva»* (p.12) – é defendida como potenciadora de comportamentos de risco produzindo a *sobrecriminalização* e o acréscimo de *insegurança*, especialmente *«nas zonas suburbanas, ou em sectores etários e sociais onde a intensidade e frequência de conflitos tem sido manifesta»* (p.13).

No programa eleitoral de 2002 a questão do relativismo moral é mitigada, sendo dada maior ênfase à relação entre a transmissão dos valores e a um “falhanço global” na áreas da educação, da integração social de minorias e nas políticas de combate à droga. Contudo, sublinha-se aqui a preciosidade dos números para esta matéria, com uma especial referência à delinquência juvenil e à criminalidade urbana, particularmente a Metropolitana.

Sem colocar em causa os números referidos no documento, não deixamos de notar que quando é dado o exemplo da crescente criminalidade na grande Lisboa destaca-se o facto de 56% do total de casos relacionados com “gangs”, ou bandos, se ficar a dever a jovens de origem africana (p.69). Parece-nos curiosa esta referência, sobretudo quando a maior parte destes jovens, se não a sua totalidade – apesar da sua cor de pele ou ascendência – é de

nacionalidade portuguesa, nascida em território nacional ou, em muito menor número, imigrada em idade de colo.

Seguindo aquela linha de pensamento político continua-se a defender o reforço da autoridade das forças de segurança:

Primeiro erro: o Governo e a esquerda parlamentar perderam a maior parte do tempo a discutir abusos cometidos por um polícia, que logicamente devem ser punidos, mas que não são de modo algum o principal problema da insegurança. Esta radica nos criminosos e não nos polícias (p.70).

O documento defende: não só, um maior policiamento com um aumento das regalias sociais para os agentes da autoridade, como também, um agravamento das penas – ainda que não indiscriminado e generalizado – e «*a consagração da responsabilidade penal a partir dos 14 anos*» (p.76). E, apesar dos argumentos de três parágrafos, em que «*cumprir destacar que as questões relativas à segurança não podem ser desligadas de uma verdadeira política de inserção social, que garanta condições de vida e de bem-estar*» (p.77), a verdade é que, as questões ligadas à reinserção social e à prevenção, quer de comportamentos de risco, quer da criminalidade são parcamente desenvolvidos – não se defendendo nenhum projecto em particular:

Neste capítulo, a inserção na sociedade portuguesa de imigrantes que entraram no nosso país por via do reagrupamento familiar, bem como das chamadas segundas gerações, deve merecer por parte do Estado e das autarquias uma atenção particular, nomeadamente através do envolvimento de técnicos especializados e, se necessário, de uma redefinição de competências nesta matéria.

Por último, o desenvolvimento de uma cultura de recusa da violência deve começar na família, passar pelas escolas, mas tem também de chegar televisão que são hoje em dia, quer queiramos quer não, um dos principais formadores (p.77).

No programa eleitoral de 2005 encontramos um projecto de acção muito mais detalhado e centrado em cinco áreas temáticas: «*segurança, sinistralidade, prevenção e combate a incêndios, protecção civil e imigração*» (p.42). Destes, destacamos: - a segurança interna, intimamente ligada à luta contra o terrorismo, cujo objectivo é «*uma sociedade livre, mas segura, e onde se reforça a autoridade do Estado*»; -a atenção dada à sinistralidade

rodoviária; - a «*promoção de valores da disciplina e do respeito pelo próximo, visando a defesa do aluno da acção criminosa, directa e indirecta*»; - a «*aposta nos Corpos Especiais das Forças de Segurança*» e nos «*altos níveis de preparação e motivação dos diferentes Corpos Especiais das Forças de Segurança*» (p.44); - e, novamente, a questão da imigração com a defesa das quotas de entrada, na luta contra o tráfico ilegal de imigração e de uma maior vigilância nos locais de entrada para o território nacional:

Assegurar uma análise rigorosa das condições e possibilidades reais de acolhimento “humano” de imigrantes, pelas entidades competentes em matéria de imigração;

- Intensificar a cooperação internacional em matéria de combate às redes de tráfico de imigração ilegal, tanto no âmbito da União Europeia como nas relações com países terceiros;

- Colocação de mais elementos de ligação quer nos países de origem da imigração, quer em certos pontos mais sensíveis de trânsito dos imigrantes (p.46).

Tal como no âmbito da segurança interna, o CDS-PP exige também uma reestruturação imediata na Justiça Portuguesa, já considerada em 1999 como uma das prioridades nacionais.

Neste tema o ataque ao sistema vigente é claro, deixando entrever a ameaça de uma desagregação do Estado de Direito dado que «*a Justiça está doente . . . onde não há Justiça há injustiça*» (CDS-PP, 2002, p.79).

A inflamação do discurso em relação a este tema é evidente:

Pretendemos construir. E construiremos a Justiça abdicando de críticas ao passado. Construiremos o Estado de Direito certos de que só pelo exemplo seremos capazes de convencer e fazer aderir os que, até agora, se revelaram incapazes de qualquer actuação, recusaram sistematicamente as tarefas que deveriam ter conduzido Portugal ao respeito pela legalidade (CDS-PP, 2002, p.80).

Em 2002 o CDS-PP defende «*um compromisso de estabilização legislativa no sector da Justiça*», ao mesmo tempo que exige «*o exemplo de uma cultura de respeito institucional, única forma de se evitarem novas querelas corporativas*» (p.80), e em 2005 o partido disponibiliza-se «*para dinamizar um verdadeiro Pacto para a Justiça e a Cidadania, em que todos os actores se co-responsabilizem*» (p.39).

Outros valores, mais moral

No programa eleitoral de 2002, o CDS-PP aborda ainda dois assuntos – o voluntariado e os espoliados do antigo ultramar português – que considera como prioridades morais da sociedade portuguesa.

O trabalho voluntário para a comunidade é visto como um *«dos principais pilares de qualquer sociedade»* e entre uma série de medidas defendidas pelo o partido destacamos a da *«criação de um Serviço Nacional do Trabalho Voluntário para a Comunidade, parcialmente financiado pelo Estado»*, tentando com isso colmatar de uma forma “piedosa” as obrigações do Estado Providência, ao mesmo tempo que o justifica nas suas deficiências:

Não nos debruçaremos sobre as causas da falta de eficácia na gestão do Orçamento de Estado, nem sobre a falta de equidade e justiça social na distribuição dos dinheiros públicos, nem tão pouco, sobre as opções e prioridades da despesa pública. Ora, é indiscutível que os resultados da actuação do Estado e das instituições públicas e/ou estatais na área social ficam muito aquém das finalidades que se propõe e das necessidades do nosso País (p.59).

Não podemos também de deixar de notar que no elogio deste serviço comunitário, e apesar de louvar o *«crescente aparecimento de Organizações Não Governamentais, de Instituições Particulares de Solidariedade Social e de inúmeros grupos de cidadãos empenhados no apoio aos mais variados sectores e categorias de carências»*, é à Igreja (subentendendo-se aqui a Igreja Católica) que se reconhece *«a esmagadora maioria da actividade voluntária de carácter social»* (p.59).

No dizer do partido *«mais do que um choque fiscal, precisamos de um choque moral!»* (p.60).

Também quando se chama à liça no mesmo programa eleitoral os “espoliados do antigo ultramar português” o CDS-PP decide argumentar com questões de ordem moral, orgulho nacional e de ressarcimento histórico, sem sequer referir a forma, totalmente conseguida, de inserção social destes cidadãos no território nacional – sobretudo quando comparada com outros países que tiveram o mesmo problema, como o caso da França.

Esta, parece-nos uma falsa questão com um objectivo de mera sedução eleitoral, dado o elevado número de cidadãos portugueses que retornaram a Portugal após a descolonização, uma vez que, a nosso ver, a sociedade portuguesa a este nível fez as pazes com a sua história.

O partido defende que, «entre autodeterminação ou independência dos povos das antigas colónias, hipóteses expressas nos dois termos da alternativa constitucional, Portugal escolheu claramente a independência ao aceitar a negociação de acordos com os movimentos de libertação legitimados pela luta contra a administração portuguesa, mas não sufragados democraticamente», e que «em nenhum destes processos, os governos de então souberam salvaguardar os direitos e interesses dos seus concidadãos» (p.111), deixando passar, na verdade, um forte ressentimento histórico pela forma como o processo se desenrolou, ao mesmo tempo que subliminarmente retira legitimidade popular aos governos que se instalaram nos novos países.

Numa visão claramente parcial da história, o CDS-PP exige que «o Estado português se auto-vincule a reparar [nos dias de hoje] os prejuízos materiais sofridos por estes cidadãos portugueses, já que os morais, esses, nunca os conseguirá reparar» (p.113), tentando assim ressuscitar, por razões eleitorais, uma questão fracturante no seio da sociedade portuguesa, apesar dos seus constantes apelos à coesão de todos os portugueses, e de esta estar historicamente totalmente resolvida.

Conclusão

Com o início da década de 80 do séc. XX, a Europa assistiu a algumas transformações a nível político que iriam despertar consciências, fruto das alterações económicas e sociais de então.

Surgiram novos partidos que ocuparam posições opostas no espectro político e que traziam para a ribalta todo um novo conjunto de valores.

As mais velhas e estáveis democracias europeias despertaram então para uma nova realidade democrática, onde figuravam novos partidos ecologistas a par com partidos que se identificavam com uma nova direita, orgulhosa dos seus preceitos e da sua posição à direita de qualquer outro partido eleito democraticamente.

Longe dos revivalismos saudosistas da direita neo-fascista, estes novos partidos da extrema-direita pós-industrial, perfilaram-se orgulhosamente no esquema democrático, renegaram a sua aproximação aos partidos fascistas e à violência, levantaram um sem número de novas questões ligadas as novas preocupações resultantes da actual época pós-industrial e muniram-se de uma nova linguagem.

Perfeitamente inseridos no jogo democrático deram voz a um eleitorado jovem e de meia-idade, preocupado com a manutenção do seu status e inquieto por um sentimento de alienação que os empurra para as margens de uma nova sociedade, mais exigente e globalizada. Legitimados pelo sistema, que tentam minar internamente, adoptaram um discurso populista que cativa pela sua “leveza” e fácil compreensão, aproximando-se do cidadão comum.

Fruto da democracia, “espalharam-se” pela maior parte dos países europeus e conseguiram criar nichos de resultados eleitorais que os tornaram, na década de 90, imprescindíveis para formar governos com os grandes partidos conservadores, quando não se verificava uma maioria eleitoral.

Influentes, ocuparam muitas cadeiras do poder e fizeram ressurgir por toda a Europa um medo antigo das velhas ditaduras.

Muniram-se de estratégias eleitorais bem definidas, personalizaram a política ao dar a primazia ao líder sobre o restante partido e utilizaram uma “máquina de campanha” extremamente eficiente. Os *media* passaram a ser o seu cenário preferencial de onde

chegavam constantemente ao eleitor comum, sem filiação, volátil na intenção de voto e ávido por uma mensagem com que se identifica-se, defendida por um líder eloquente, pleno de charme e simpatia.

Em Portugal a situação foi diferente. Devido à conquista de uma democracia tardia, em plena década de 70, e à revolução perpetrada pelos militares que a possibilitaram, os partidos políticos portugueses sentiram sérias dificuldades em se localizarem no espectro político. Na verdade, tornou-se perigoso defender a direita durante os primeiros anos em democracia e a maioria dos partidos optaram por se identificarem com o centro, o que posteriormente acabou por lhes granjear dificuldades na definição do eleitorado.

O CDS, já na altura o partido situado à direita do PSD, viu-se cativo de uma incerteza programática que durou anos e enquanto se tentava definir entre um partido de inspiração cristã ou partido marcadamente de direita, acabou por não conseguir fidelizar o seu eleitorado, que volátil escolhia o partido em quem votar pela pessoa do líder. Esta situação demonstrou-se sempre um perigo real para a sobrevivência do próprio CDS, já que partilhava com o PSD a mensagem e o eleitorado, o que *in extremis* podia levar à sua dissolução, com eleitores e alguns históricos a mudarem de partido.

Na década de 90 a situação inverteu-se e com a chegada do líder Manuel Monteiro o partido caminhava para uma nova identidade política, mudando a sua nomenclatura para CDS-PP.

Contudo, é durante a liderança de Paulo Portas, que o renovado CDS-PP vai adoptar, a nosso ver, um perfil político que, na sua essência, se nos afigura semelhante aos perfis dos restantes partidos europeus da extrema-direita pós-industrial, o que em última análise, lhe permite ganhar força política suficiente para alcançar o poder através de dois governos de coligação – o que já não acontecia desde o início dos anos 80.

Sob a liderança de Paulo Portas, o partido assume-se como um partido vocacionado para o governo, com uma ambição política real, razão pela qual, a nosso ver, adopta toda uma nova estratégia política, à semelhança dos seus congéneres europeus.

Os programas de governo mostram uma nova postura, totalmente destacada da mensagem veiculada pelo PSD – mas não o suficiente para invalidar um acordo de coligação governativa –. Com uma nova linguagem, mais moderada no tom na crítica ao sistema, o líder torna-se mais próximo do eleitorado sem filiação, ao ponto de chegar a ser mais popular que o próprio partido, e o discurso assume um tom populista.

Os programas de governo lançados nas campanhas de governo de 1999, 2002 e 2005 são exemplo desta nova postura de extrema-direita pós industrial adoptada pelo CDS-PP.

Para cativar uma franja mais abrangente possível do eleitorado, especialmente aquele sem filiação política que tradicionalmente vota ao centro-direita, o partido começa a passar uma imagem de maior moderação no que diz respeito à crítica das instituições e da democracia. Contudo, o tom continua acutilante em relação ao sistema político, aos opositores, ao governo vigente e às leis nacionais e europeias.

Passa ao ataque com críticas espontâneas e “acessíveis” em assuntos que agitam determinados nichos da população. A agricultura, as pescas e as florestas, são alvos preferenciais, não tanto pelo número de pessoas envolvidas nestas actividades, mas mais pelo sentimento de orgulho e pertença nacional que elas transmitem.

A Europa, que já tinha sido considerada uma inimiga, passa a desígnio nacional embora com olhar crítico e eventualmente acusatório, sobretudo quando estão em causa as políticas e os subsídios que afectam directamente Portugal.

A educação e a cultura são chamadas à liça, defendendo-se a instigação do patriotismo e orgulhos nacionais associados à defesa da autoridade e à apologia de uma maior moralização em todo o sistema. Os exames são considerados como um bem comum e os professores são descritos como um grupo profissional demasiado protegido, cujo trabalho fica aquém daquele desempenhado pelos seus congéneres europeus.

Também as escolas profissionais são aqui visadas, já que devem “preparar o aluno para o primeiro emprego, e não para o emprego”.

O Estado Social é considerado pouco eficiente, a quem se paga indevidamente demasiados impostos, pelo que se defende uma nova redistribuição de direitos e deveres. Quase todos os serviços podem ficar nas “mãos” de terceiros, cabendo ao Estado apenas uma parte assistencialista aos mais desfavorecidos e o voluntariado é incentivado a completar caritativamente serviços que de outra forma seriam uma obrigação pública.

A ordem é para cortar nos orçamentos. A economia vai mal, doente, urge o seu crescimento e equiparação à União Europeia e a solução passa pelo apoio ao sector privado e a algumas privatizações, sendo que a globalização deve ser constantemente vigiada.

A posição de Portugal no Mundo e a defesa do seu legado histórico e civilizacional perpassam todos os documentos. Organizações como a NATO e a CPLP continuam a granjear a simpatia do CDS-PP, a primeira deve continuar a ajudar na defesa dos interesses nacionais e da salvaguarda da soberania, já a segunda é importante pela dádiva educacional e de civilização que o país presta às suas antigas colónias.

Na verdade, a história de Portugal acaba por ser vítima de algum branqueamento nestes documentos, particularmente no que diz respeito ao passado colonial e pós-colonial, ao ponto

de lembrar uma ferida há muito sarada. “Os espoliados do ultramar”, deveriam ser ressarcidos pelos acontecimentos que viveram, vítimas de uma descolonização “mal feita” e de governos locais “sem legitimação” democrática.

No seguimento da interpretação feita ao período colonial, “pisca-se o olho” aos ex-combatentes já que estes são uma faixa significativa de potenciais eleitores.

Porém, de toda esta interpretação histórica sai claramente um repúdio às políticas de fomento da ditadura, ficando subentendida a sua extensão a todo o regime salazarista. O CDS-PP afirma-se constantemente como um partido democrático, com princípios e moral.

De facto os valores são uma questão para a qual o partido se mostra extremamente sensível.

É à falta de acção moralizadora da sociedade que é imputada uma grande parte da insegurança que hoje se vive, a outra parte significativa é atribuída à crescente criminalidade nas zonas suburbanas, à emigração de entrada indiscriminada e a jovens de origem africana – particularmente na região da grande Lisboa – que não são considerados portugueses – apesar da esmagadora maioria ter nascido em território nacional e deter efectivamente a nacionalidade portuguesa.

Para este flagelo, que rende sempre inúmeros votos graça à ampliação dos sentimentos de insegurança, defende-se um reforço da autoridade do Estado e uma diminuição da idade relativa à responsabilidade penal para repor o bom andamento da justiça.

Também a família pode ser reflexo da falta de moral da sociedade, urge portanto defendê-la e defender a vida a todo o custo.

As mulheres são aqui actrizes principais. A elas e só a elas devem ser dadas um conjunto significativo de regalias, especialmente quando se trata da educação e acompanhamento das crianças.

Da análise profunda dos programas de governo em questão, parece-nos gritante a defesa de uma sociedade portuguesa tradicional, ainda que seja “maquilhada com cores” e promessas de modernidade, com valores e moral enquadrados em preceitos considerados “normais” para o padrão de um país que o CDS-PP defende como justo e edílico. Paulo Portas transformou o seu partido à sua semelhança e sob uma imagem de evolução e futuro, defende um país com medo da diferença, defensor do dinamismo europeu enquanto Portugal puder daí tirar benefícios económicos, mas altamente proteccionista (sem que isso signifique um aumento de qualidade dos seus produtos).

Na verdade, encontram-se aqui muito poucas propostas realmente inovadoras, quase todas de grande inteligibilidade e de fácil assimilação por parte do eleitorado, sem grande necessidade de reflexão, permitem o criticismo constante.

Os assuntos expostos, pela forma como são tratados, facilmente inflamam o cidadão comum e as potenciais soluções apenas apelam para um patriotismo e um orgulho nacional de parca sustentação.

Por muito que se fale de inovação, o CDS-PP acaba sempre por focar um passado edílico de Portugal, com a sua acção “civilizadora” e de dádiva de “novos mundos ao mundo”, contra o qual pouco se pode questionar.

Na nossa opinião, Paulo Portas aprendeu com as lições dadas pelos partidos de extrema-direita pós-industrial com maior sucesso na Europa, aplicando eficazmente os ensinamentos que lhe tinham sido facultados, fez deslizar o seu partido no eixo da direita. As suas estratégias quando comparadas com as dos seus congéneres europeus não mostram grande novidade, apenas adaptações ao cenário português. Parecendo-nos portanto correcto afirmar que o CDS-PP se tornou, sob a liderança de Paulo Portas, num partido de extrema-direita pós-industrial, devolvendo-lhe a maturidade eleitoral e respeitabilidade democrática que lhe permitiu, ao fim de muitos anos voltar a fazer parte de dois governos legislativos.

Anexos: as estatísticas

Os autores de *Mapping policy preferences* (Budge, Klingemann, Volkens, Bara e Tannenbaum, 2001) trataram quantitativamente, entre os anos de 1995 e 2002, uma série de temas eleitorais programáticos oriundos de inúmeros partidos políticos europeus, entre os quais se encontram os tópicos focados nos programas de governo do CDS-PP.

Dada a pertinência deste estudo para o nosso trabalho, não podíamos deixar de o utilizar. Contudo, apenas nos foi possível observar os documentos referentes às eleições de 1999 e 2002, uma vez que o estudo de 2005 ainda não está disponível. Ainda assim, a mais valia destes dados figurou-se-nos imprescindível na visualização e análise dos temas políticos recorrentes em ambas as campanhas eleitorais.

Verificámos que, no todo, os tópicos, não só, são os mesmos, como, aparecem com a mesma percentagem de grau de importância nos dois programas. Atrevemo-nos, por isso, a acrescentar a hipótese, ainda que totalmente empírica, de que a estender-se este estudo ao ano de 2005, os resultados seriam os mesmos, ainda que a elaboração de qualquer dos manifestos tenha sido cuidadosamente diferenciada. Na verdade, tanto a estrutura interna, como a construção dos textos e a sequência dos tópicos em cada um dos documentos são diferentes.

Assim, apresentamos aqui os dados relativos aos programas eleitorais do CDS-PP entre os anos de 1999 e 2002, trabalhados graficamente por nós a partir dos dados fornecidos pelas tabelas retiradas do referido estudo.

Como já mencionámos, os dados constantes das tabelas não são da nossa autoria, porém, a divisão da informação em quatro grandes grupos é de nossa inteira responsabilidade, tendo sido nossa principal preocupação permitir uma mais rápida visualização e interpretação gráfica, dividindo, para isso, os tópicos de uma forma decrescente em importância percentual, ainda que, ao longo do nosso trabalho, não tenhamos utilizado esta metodologia, dado que focámos apenas uma análise qualitativa. Contudo, não se sobrepondo, ambas são complementares e deixam o espaço livre para ainda muito mais trabalho.

Tabela 1:

Temas com uma importância capital a nível eleitoral e com maior margem percentual

Temas Gerais	General Topics	1999	2002
Segurança Social +	Welfare +	18,03	18,03
Eficiência Governamental +	Gov-Admin Efficiency +	12,63	12,63

Fonte: Budge *et al.* (2001)

Figura 1:

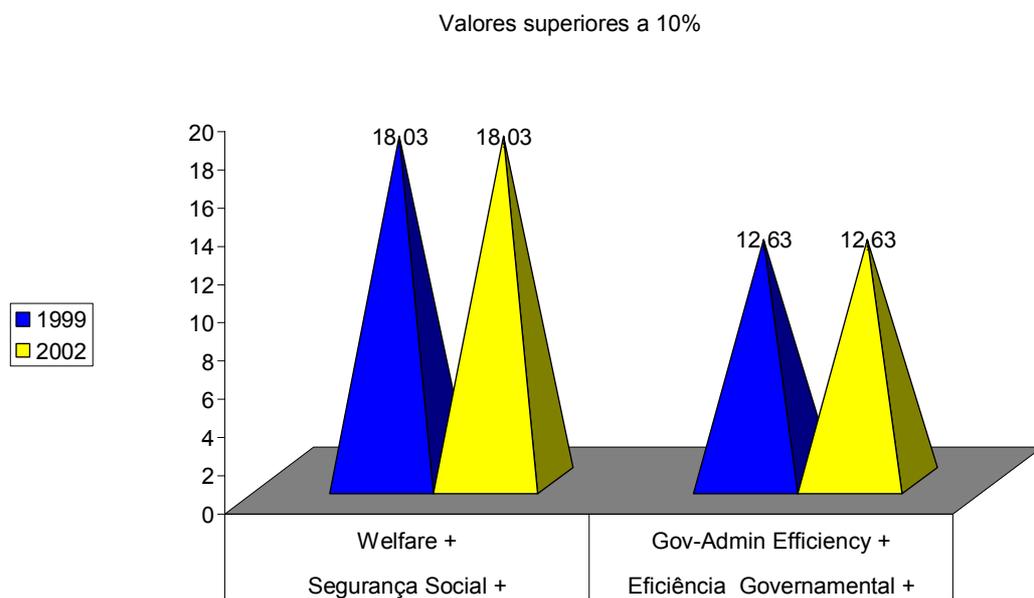


Tabela 2:

Temas com grande importância eleitoral e igual margem percentual

Temas Gerais	General Topics	1999	2002
Infra-estruturas +	Infrastructure +	8,45	8,45
Agricultura +	Farmers +	6,79	6,79
Justiça Social +	Social Justice +	6,36	6,36
Educação +	Education +	6,27	6,27
Proteção Ambiental +	Environmental Protection +	5,57	5,57

Fonte: Budge *et al.* (2001)

Figura 2:

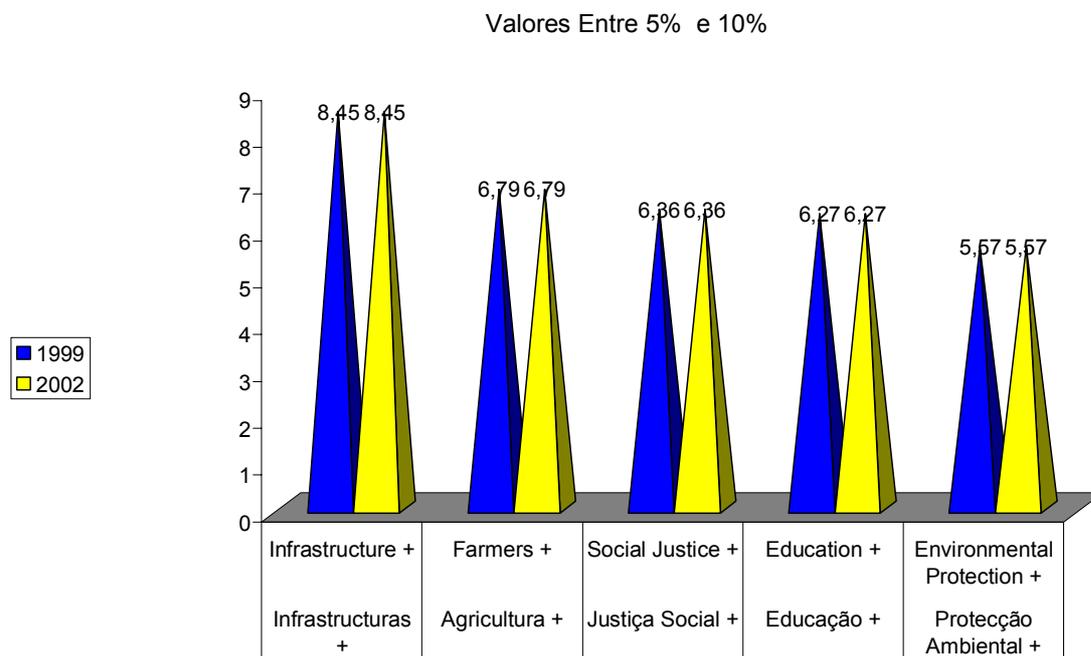


Tabela 3:

Temas de média importância e igual margem percentual

Temas Gerais	General Topics	1999	2002
Cultura +	Culture +	4,09	4,09
Militar +	Military +	3,57	3,57
Lei e Ordem +	Law and Order +	2,87	2,87
Autoridade +	Pol Authority +	2,79	2,79
Valores Tradicionais +	Trad Moral +	2,53	2,53
Democracia +	Democracy +	2,18	2,18
Internacional +	Internat +	2,18	2,18
Objectivos Económicos	Economic Goals	2,18	2,18
Descentralização +	Decentral +	1,74	1,74
Europa +	Europe +	1,57	1,57
Livre Concorrência +	Free Enterprise +	1,39	1,39
Grupos Sociais Desfavorecidos +	Non-economic Groups +	1,22	1,22
Negócios Estrangeiros +	Foreign Special +	1,13	1,13

Fonte: Budge *et al.* (2001)

Figura 3:



Valores entre 1% e 5%

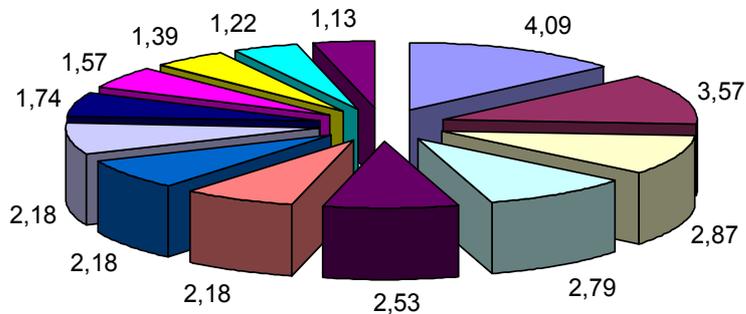


Tabela 4:

Temas de menor importância e igual margem percentual

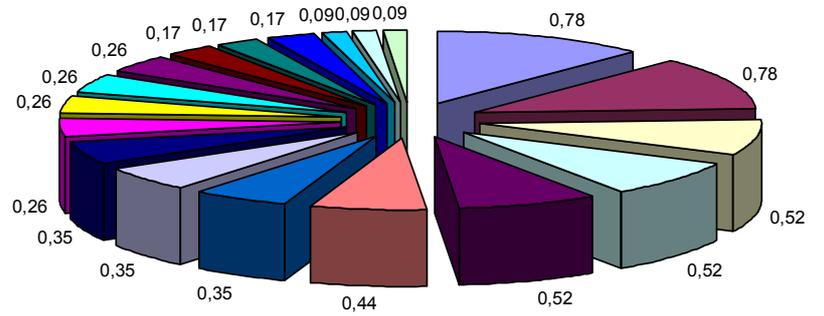
Temas Gerais	General Topics	1999	2002
Incentivos +	Incentives +	0,78	0,78
Regras de Mercado +	Market Regulation +	0,78	0,78
Europa -	Europe -	0,52	0,52
Grupos Minoritários/Etnias +	Minority Groups +	0,52	0,52
Harmonia Social +	Social Harmony +	0,52	0,52
Economia Tradicional +	Econ Orthodoxy +	0,44	0,44
Direitos Humanos +	Freedom-Hum Rights +	0,35	0,35
Educação -	Education -	0,35	0,35
Proteccionismo -	Protectionism -	0,35	0,35
Classe Média +	Middle Class +	0,26	0,26
Internacional -	Internat -	0,26	0,26
Paz +	Peace +	0,26	0,26
Produtividade +	Productivity +	0,26	0,26
Corrupção -	Pol Corruption -	0,17	0,17
Proteccionismo +	Protectionism +	0,17	0,17
Trabalho -	Labour -	0,17	0,17
Constituição +	Constitut +	0,09	0,09
Constituição -	Constitut -	0,09	0,09
Negócios Estrangeiros -	Foreign Special -	0,09	0,09

Fonte: Budge *et al.* (2001)

Figura 4:



Valores Inferiores a 1%



Bibliografia

Budge, Ian, Hans-Dieter Klingemann, Andrea Volkens, Eric Tannenbaum e Judith Bara (2001), *Mapping policy preferences*, Oxford, Oxford University Press.

Canel, María José (1999), *Comunicación política : técnicas y estrategias para la sociedad de la información*, Madrid, Editorial Tecnos, S.A.

CDS-PP (1999), *Programa de Governo*

CDS-PP (2002), *Programa de Governo*

CDS-PP (2005), *Programa de Governo*

CDS-PP (s/d), *História; Resultados eleitorais; Presidentes do partido*, recuperado em 2007, Janeiro 20, de <http://www.cds.pt/website/detalhe53.php>

Diamandouros, P. Nikiforos, Richard Gunther (ed) (2001), *Parties, politics, and democracy in the New Southern Europe*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia – Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, André, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães (org.) (2002), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses: Portugal a Votos – As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, André, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães (org.) (2007), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses: Eleições e Cultura Política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Frederico, Rui Antonio Madeira (1999), *O CDS/PP e a Ruptura Político-Ideológica Primordial de 1992: do Centro Europeu de Vocação Federal e Regionalizante à Direita Nacional de Cariz Intergovernamental e Unitarista. Um «puro tema eleitoral» ou uma «evolução ideológica complexa»? (1974- 1998)*, Tese de Mestrado Inédita, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos.
- Gunther, P. Nikiforos Diamandouros, Dimitria A. Sotiropoulos (ed.) (2006), *Democracy and the state in the new Southern Europe*, Oxford, University Press.
- Ignazi, Piero (2003), *Extreme right parties in Western Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- Lopes, Fernando Farelo, André Freire (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*, Oeiras, Celta Editora.
- Messeguer, Xavier Casals (2003), *Ultrapatriotas: Extrema derecha y nacionalismo de la guerra fria a la era de la globalizacion*, Barcelona, Crítica.
- Mudde, Cas (2002), *The ideology of the extreme right*, Manchester, Manchester University Press.
- Norris, Pippa, John Curtice, David Sanders, Margaret Scammel, Holli A. Semetko (1999), *On message: communicating the campaign*, London, Sage Publications.
- Norris, Pippa (2005), *Radical Right: Voters and Parties in the regulated market*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Peter H. Merkl, Leonard Weinberg (ed.) (2003, 2ª ed. rev.), *Right-Wing Extremism in the Twenty-First Century*, London, Frank Cass.
- Schmitter, Philippe C., (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Publicações Periódicas:

José, M. Magone (2003), “The legislative elections of 17 March 2002”, *European Journal of Political Research*, 42, 1058-1066.

Lima, Bernardo Pires de (2003), “A Política e os Media: as Eleições de 2001 em Itália”, *Polis*, 9/12, 116-253.

Neto, Maria Luísa (1998), “A Comunicação Social e as Campanhas Eleitorais”, *Revista Jurídica*, 22, versão electrónica, recuperada em 2007, Janeiro 20, <http://aafdl.fd.ul.pt/infoteca/publicacoes/juridica/22/203-fr.htm>

Robinson, Richard A. H. (1996) (4º), *Do CDS ao CDS-PP: “Do Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa”*, *Análise Social*, vol. XXXI, 138, 951-974.

